

LILIAN RESENDE CASTANHO

**MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA: O EXERCÍCIO DA
LIBERDADE DE INFORMAÇÃO E SEUS LIMITES**

**Monografia apresentada como
requisito parcial à conclusão do curso
de Bacharelado em Direito, Setor de
Ciências Jurídicas da Universidade
Federal do Paraná.**

**Orientador: Prof. Doutor René Ariel
Dotti**

**CURITIBA
2001**

TERMO DE APROVAÇÃO

LILIAN RESENDE CASTANHO

MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA : O EXERCÍCIO DA LIBERDADE DE INFORMAÇÃO E SEUS LIMITES

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no Curso de Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Presidente: Prof. Doutor Luiz Alberto Machado
Departamento de Direito Penal e Processual Penal, UFPR

1º Examinador: Prof. Doutor João Gualberto Garcez Ramos
Departamento de Direito Penal e Processual Penal, UFPR

2º Examinador: Prof. Doutor Jacinto Nelson de Miranda Coutinho
Departamento de Direito Penal e Processual Penal, UFPR

Curitiba, 21 de novembro de 2001

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que estiveram ao meu lado durante toda a Faculdade, em especial ao professor René Ariel Dotti pelas preciosas orientações quanto ao presente trabalho. Hoje e sempre agradeço a Deus, por Sua presença em toda minha vida.

Sonhar mais um sonho impossível
Lutar quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender
Sofrer a tortura implacável
Romper a incabível prisão
Voar no limite improvável
Tocar o inacessível chão...

J. Darion / M. Leigh
versão- Chico Buarque / Ruy Guerra

SUMÁRIO

RESUMO.....	v
INTRODUÇÃO.....	1
1. LIBERDADE DE INFORMAÇÃO.....	3
1.1. UM BREVE HISTÓRICO.....	3
1.2. CONCEITO.....	4
1.3. MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA E LIBERDADE DE INFORMAÇÃO.....	6
1.4. A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DA LIBERDADE DE INFORMAÇÃO.....	8
1.5. A LEI DE IMPRENSA BRASILEIRA.....	11
2. TIPOS DE INFORMAÇÃO PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA.....	13
2.1. A NOTÍCIA.....	13
2.2. A REPORTAGEM	15
2.3. A ENTREVISTA	17
2.4. A DIVULGAÇÃO DA IMAGEM	18
3. LIBERDADE DE INFORMAÇÃO E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE	21
3.1. DIREITO À INTIMIDADE E À VIDA PRIVADA	21
3.2. DIREITO À HONRA	24
3.3. DIREITO À IMAGEM	27
4. INFORMAÇÃO DE FATOS DELITUOSOS	30
4.1. O INTERESSE PÚBLICO PELA INFORMAÇÃO DOS FATOS DELITUOSOS	30
4.2. O INTERESSE PÚBLICO NA APURAÇÃO DOS FATOS DELITUOSOS	33
4.3. O INTERESSE PÚBLICO NO JULGAMENTO DOS FATOS DELITUOSOS	35
5. AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO CIDADÃO.....	38
5.1. A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA	38
5.2. OS DIREITOS DE RETIFICAÇÃO E ESCLARECIMENTO	41
5.3. O DIREITO DE SER OUVIDO PELO MEIO DE COMUNICAÇÃO	43
6. INTERESSE PÚBLICO E INTERESSE PRIVADO.....	45
7. CONCLUSÃO.....	53
8. BIBLIOGRAFIA.....	55

RESUMO .

Trata-se nessa monografia da liberdade de informação dos meios de comunicação de massa, consagrada e ultrajada durante a História. Reclame mais intenso num país que aprende a ver-se como nação a tão pouco tempo e mais ainda sendo recentes suas conquistas e liberdades. Especialmente a liberdade de transmitir e receber idéias, conhecimentos e opiniões sem obstáculos. Uma liberdade fundamental para a construção de uma sociedade mais solidária, igualitária e democrática. Por isso mesmo deve ser exercida com responsabilidade, respeitando-se os direitos da personalidade. Liberdade e não liberalidade. A imprensa deve ser livre, mas restringida quando afronta direitos que se levantam contra atitudes suas que não passem de extravagância. O interesse público dirige a diferença.

INTRODUÇÃO

A Liberdade de Informação é corolário do Estado Democrático de Direito, mais ainda quando atende à função exercida pelos meios de comunicação de massa.

Defronte à essa liberdade, a do cidadão, para que possa agir e desenvolver-se em plenitude nesse mesmo Estado.

Duas faces de uma mesma moeda, o mesmo valor, a mesma urgência de proteção.

Nesse trabalho busca-se a delimitação, tanto quanto for possível, do espaço de atuação útil à sociedade, da liberdade de informação exercida pelos meios de comunicação. Apontando para tanto, os momentos em que estes se desviam desse papel, extravasando o conteúdo da própria liberdade.

Para essa tarefa realiza-se leitura de autores tanto juristas como da área jornalística, procurando abranger amplamente os temas mais pertinentes e capazes de conduzir às soluções necessárias. Atendo-se mais a um estudo lógico que positivista.

Em primeiro plano destaca-se a liberdade de informação, seu desenvolvimento histórico, seu conteúdo conceitual, a abrangência pela imprensa e a proteção constitucional, vedando a censura em qualquer sentido.

Visualiza-se então, a prática concreta do jornalismo. De que forma atua, quais os tipos de notícias que veicula. Onde vão ser deflagrados as virtudes e os problemas da sua liberdade de expressão e informação.

Tais problemas seguem, principalmente, quanto aos ataques aos direitos da personalidade também erigidos em nível constitucional: a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, que muitas vezes vêm-se massacradas por uma imprensa impiedosa, fonte da opinião pública.

São questões sempre e cada vez mais atuais, principalmente no Brasil, com a tramitação no Congresso Nacional do projeto de lei apelidado de “Lei da Mordça”.

Não se aprofunda no exame desse projeto mas as discussões que suscita são as mesmas às quais se remete esse estudo ao se analisar o interesse público na divulgação de fatos delituosos. Um interesse que se funda, inclusive, na sedimentação da credibilidade na Justiça.

Diante da informação capitalizada, manobrada por grandes corporações, que mantém o público informado da forma como decide, mais urgente ainda se fazem as delimitações. Sem cair em clichê, mas sim, baseando-se na constatação da realidade, afirma-se que o “quarto poder” existe em função da sociedade, mas visando inegavelmente obter lucro.

Diante disso são de importância máxima as garantias estabelecidas pela Constituição ao cidadão, para que esse possa contracenar com a poderosa imprensa usando o escudo constitucional.

São embates que devem sempre solucionar-se a favor do interesse público. Justificador da atividade dos meios de comunicação, da liberdade de informação, mas também das garantias dos cidadãos e de seus direitos.

Conclui-se reconhecendo-se a relevância da liberdade de informação, conquista ainda tão recente desse país. Mas nunca sem impor a responsabilidade e a honestidade àqueles que nela se investem em razão de suas atividades profissionais. Valores que devem ser inculcados desde já para que se desenvolva com dignidade e eficiência, cumprindo com a tarefa à qual ‘nasceu’ incumbida devido à sua própria natureza: iluminar com as luzes do conhecimento a sociedade que a ela se volta, tornando-a assim, verdadeiramente livre.

1- LIBERDADE DE INFORMAÇÃO

1.1- UM BREVE HISTÓRICO

A necessidade de comunicação é inerente a qualquer sociedade. Em poucas palavras Serrano Neves desvenda a raiz histórica dessa característica da humanidade, afirmando que “com os dons de pensar e de falar, surgiu o homem no mundo”¹.

A comunicação realiza um papel imprescindível à sociedade, é um elo de ligação entre os homens. A História tem se encarregado de demonstrar que em tempos remotos já se realizava a atividade de transmissão do pensamento com o fim de atingir o maior número possível de pessoas. Nesse sentido, o professor René Ariel Dotti afirma que a liberdade de comunicação “responde a uma necessidade universal tão antiga quanto o aparecimento das primeiras sociedades”. Relata que ainda em 1750 a.C. têm-se notícia de “jornais satíricos” egípcios condenando a administração do Faraó Amarsis.²

A história da comunicação passa por transformações incontáveis desde a descoberta dos tipos móveis por João Gutemberg no ano de 1436, o surgimento da primeira *gazzetta*, em Veneza, em torno de 1455, até a edificação da liberdade de informação como conquista da humanidade quando em 1789 eclodiu a Revolução Francesa.³ Os revolucionários eliminam a censura prévia e incluem no art. 11 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão o direito à livre manifestação do pensamento e de opinião, proclamando:

A livre manifestação do pensamento e das opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem: todo cidadão pode portanto falar, escrever e imprimir livremente, à exceção do abuso dessa liberdade pelo qual deverá responder nos casos determinados pela lei.

¹ NEVES, S. **Direito de Imprensa**. São Paulo: José Bushatsky, 1983. p.1.

² DOTTI, R. A. **Proteção da Vida Privada e Liberdade de Informação**: possibilidades e limites. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980. pp.107/109.

³ CALDAS, P. F. **Vida Privada, Liberdade de Imprensa e Dano Moral**. São Paulo: Saraiva, 1997. p.61.

Mesmo que posteriormente por diversas vezes tenha-se visado obstar essa conquista, ela se manteve, consagrando-se reiteradamente em outros diplomas de alcance mundial, entre os quais figura a Declaração Universal dos Direitos do Homem, no trabalho exercido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, concretizando-se como direito fundamental do homem no artigo 19, que prescreve:⁴

Art. 19. Todo Homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de , sem interferências, ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

A partir daí diversos países viriam a legislar sobre este direito. “A legislação da informação desenvolveu-se extraordinariamente sob a pressão das descobertas científicas, do progresso técnico, do aperfeiçoamento dos estudos e pesquisas ...”, como leciona o prof. Freitas Nobre⁵, que atenta pela necessidade sempre veemente da proteção tanto da liberdade de informação quanto da pessoa atingida por uma dada divulgação.

1.2- CONCEITO

A liberdade de informação está necessariamente ligada ao direito de informar e de ser informado. Nas palavras de Pedro Frederico Caldas⁶, “a liberdade de informação compreende tanto o direito de informar, que se confunde com a liberdade de manifestação do pensamento, como o de ser informado, que corresponde ao direito coletivo de receber a informação para que o receptor melhor edifique o seu pensamento.”

⁴ GUERRA, S. C. S. *A Liberdade de Imprensa e o Direito à Imagem*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. p.76.

⁵ NOBRE, F. *Comentários à Lei de Imprensa*. São Paulo: Saraiva, 1989. p. 18.

⁶ CALDAS, op. cit. p.59.

Informação, segundo o prof. Terrou⁷, citado por Nobre (1989, pp.7/8), é o termo que designa as grandes técnicas de difusão, o conjunto de condições e modalidades de difusão para o público (ou colocados à sua disposição) sob formas apropriadas, notícias ou elementos de conhecimento, idéias ou opiniões. Sob esta noção fixa-se o papel relevante da imprensa, escrita ou falada, na difusão dos fatos e opiniões para os seus destinatários, assunto do qual se encarrega o próximo item desse estudo.

A liberdade de informação é, hoje, uma necessidade imperiosa que responde aos novos contornos da sociedade, inserindo-se na exigência de interação social. É uma liberdade pública, classificada como individual (e não coletiva), sendo dentre as liberdades individuais uma liberdade “espiritual”. São as liberdades públicas, segundo a doutrina do prof. René Dotti⁸, aquelas que o Estado fez passar do direito natural para o direito positivo.

São precedentes da liberdade de informação as liberdades de pensamento, de opinião e de expressão. Pimenta Bueno⁹, citado por José Afonso da Silva (1992, p.219), afirma: “o homem porém não vive concentrado só em seu espírito, não vive isolado, por isto mesmo que por sua natureza é um ente social. Ele tem a viva tendência e necessidade de expressar e trocar suas idéias e opiniões com os outros homens, de cultivar mútuas relações, seria mesmo impossível vedar, porque fora para isso necessário dissolver e proibir a sociedade”. A expressão maior da liberdade de informação pode ser vislumbrada pela chamada liberdade de imprensa, sendo essa o objeto central a ser aqui vislumbrado.

Seguindo com a idéia de que a liberdade de informação é uma liberdade pública porque adotada pelo Estado, não se pode deixar de localizá-la também como um direito fundamental do homem. Direito esse que se enquadra aí porque situado

⁷ TERROU, F. *L'Information*. France, 1965

⁸ Sobre a classificação proposta cf. DOTTI, R. A. op. cit., p.156.

⁹ BUENO, J. A. P. *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*. Rio de Janeiro: edição do Ministério da Justiça/ Serviço de documentação, 1958. p. 385

entre os direitos da personalidade¹⁰, ou melhor, aqueles direitos que se ligam à projeção do homem ante à sociedade em que se insere.¹¹

Configura-se, assim, no direito de transmitir e receber informações livremente, no entanto seu exercício não é ilimitado. A liberdade ilimitada leva à barbárie como afirma Thiers¹², citado por Darcy Arruda Miranda (1995, p.60). Segundo o mesmo autor, uma consequência contrária pode sobrevir, pois, como explica, os “excessos de liberdades são o caminho mais curto para os governos de força”. No mesmo sentido, diz Serrano Neves¹³ que “liberdade plena é liberdade inversa, pois gera o anarquismo e, em consequência deste, a reação oficial extravagante”.

1.3- MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA E LIBERDADE DE INFORMAÇÃO

A liberdade de informação tem sua expressão maior na chamada liberdade de imprensa, que teve sua primeira manifestação em França de 1789. Desde então as revoluções tecnológicas e econômicas vividas pela sociedade impuseram significativas mudanças no plano da difusão de informações.

É fato incontestável que os meios de comunicação realizam papel basilar para a construção de uma sociedade democrática, fundada na opinião pública. Acompanhando o raciocínio do professor René Dotti, para quem a liberdade mais relevante para a viabilização dessa sociedade participativa é a liberdade de informação,

¹⁰ De acordo com Orlando Gomes, “nos direitos da personalidade, compreendem-se direitos considerados essenciais à pessoa humana, que a doutrina moderna preconiza e disciplina, a fim de resguardar a sua dignidade” (GOMES, O. *Introdução ao Direito Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1989. p.153).

¹¹ GUERRA, S.C.S. op. cit. p.11. Nesse sentido explica esse autor que tais direitos são inatos, isto é, nascem com o próprio homem. “Daí a concepção naturalista, que relaciona os direitos da personalidade com atributos inerentes à condição da pessoa humana, como por exemplo: a vida, a intimidade, a honra, a privacidade, a intelectualidade, a liberdade etc.”

¹² Apud FABREGUETTES, P. *Traité des Infractions de La Parole, de L'Écriture et la Presse*. 1901. t. I/LVI, nota 2.

¹³ NEVES, S. *Direito de...* p.24. Em sentido contrário posiciona-se Gustavo Fruct ao afirmar, nas páginas de Introdução da sua Monografia aqui mencionada, que liberdade é liberdade plena, afirmando que ou se é livre ou não, em sua plenitude.

constata-se que a liberdade de obter informação é também a “liberdade de recepção e de participação no poder.”¹⁴

No mesmo sentido Mino Carta¹⁵, citado por Fruet (1991, p.4), afirma categoricamente que “quem domina a informação tem o poder”. E isso não só no âmbito das relações entre governantes e governados, como também no plano das relações internacionais. Pode-se equilibrar relações através do amplo acesso às informações. Freitas Nobre também menciona esse aspecto positivo da troca de conhecimentos viabilizada pelos meios de comunicação.¹⁶

O prof. José Afonso explica que através da liberdade de informação, exercida modernamente pelos mais variados meios de comunicação, permite-se a realização do direito coletivo à informação, ou num sentido mais amplo, a liberdade de ser informado. Karl Marx¹⁷, citado por Silva (1992, p.223), corrobora esse pensamento ao dizer que “a imprensa livre é o espelho intelectual no qual o povo se vê, e a visão de si mesmo é a primeira confissão de sabedoria”.

No entanto, no justo exercício do seu papel informativo, a imprensa também necessita de limitações, pois como conclui Miranda (1995, p.60), citando Chassan¹⁸ em seus comentários à Constituição Federal dos Estados Unidos, “a liberdade ilimitada da palavra e da imprensa, isto é, a autorização de tudo dizer e tudo publicar, sem expor-se a uma responsabilidade qualquer, é, não uma utopia, porém uma absuridade que não pode existir na legislação de nenhum povo civilizado.”

As limitações à liberdade de imprensa mais ainda se justificam nestes tempos de informação globalizada. Para Ignácio Ramonet¹⁹, a informação veiculada pelos meios de comunicação de massa mais se ajusta às leis de mercado, porque se traduz

¹⁴ DOTTI, R. A. op. cit. p.158

¹⁵ CARTA, M., ABRAMO, C. **A regra do Jogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.31

¹⁶ NOBRE, F. op. cit. p.5

¹⁷ MARX, K. **A Liberdade de Imprensa**. Trad. de Cláudia Schiling e José Fonseca. Porto Alegre: L. e PM. editores, p.42.

¹⁸ CHASSAM, M. *Traité des Délits et Contraventions de la Parole, de l'Écriture et de Presse, deuxième édition*. 2ª ed. v. I/5- nota, 1851.

¹⁹ RAMONET, I. **A tirania da comunicação**. Trad. de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1999. p.59

em mercadoria, estando cada vez menos sujeita à regras cívicas e éticas, as quais deveriam norteá-la.

Para além das questões de ética na captação, preparação e difusão das informações há outras que merecem grande atenção. Do quadro de invasão constante dos meios de comunicação nas vidas privadas resultou a diluição da individualidade. Diante disso, o prof. René Dotti²⁰, atentando para essa problemática, sustenta que assiste-se hoje em dia a “um despertar da consciência individual no sentido de recuperar a identidade perdida no meio da multidão”. Conclui-se, em coro com Bergson²¹, citado por Nobre (1989, p.7), que “o mundo engrandecido pela técnica tem necessidade de um suplemento de alma”.

A liberdade de imprensa é o direito de livre manifestação do pensamento pela imprensa, como conceitua Nelson Hungria²², citado por Darcy Arruda Miranda(1995, p.64). Aquele autor ressalta, ainda, a necessidade de regulamentação especial à mesma justamente pela relevância dos interesses que se entrecrocaram com o da liberdade das idéias e das opiniões. A melhor forma de evitar o abuso é o respeito aos direitos alheios e, sobretudo, à verdade, do contrário uma informação deixa de realizar seu papel informador e passa a ser deformadora. Na lição de Rui Barbosa²³, citado por Miranda (1995, p.64): “(...) pátria e liberdade renunciemos pela verdade. Porque este é o mais santo de todos os amores. Os outros são da terra e do tempo, este vem do céu, e vai à eternidade”.

1.4- A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DA LIBERDADE DE INFORMAÇÃO

A liberdade de informação é um direito fundamental do homem que tem seu conteúdo ampliado ou reduzido conforme a democracia ou o autoritarismo são adotados como regimes políticos. É essa a lição de Freitas Nobre²⁴ nas primeiras páginas dos seus Comentários à Lei de Imprensa e é assim que afirma, também, Pedro

²⁰ DOTTI, R. A. op. cit. p.125.

²¹ Apud NOBRE, F. op. cit. p.7

²² HUNGRIA, N. Comentários ao Código Penal. v. VI. p.261

²³ BARBOSA, R. A Imprensa e o Dever da Verdade. Bahia: 1920. p.42.

²⁴ NOBRE, F. op. cit. pp. 1 a 44.

Frederico Caldas²⁵, quando conclui que apenas nos regimes realmente democráticos ~~que~~ se pode vivenciar a liberdade plena de informação. Segundo esse autor “toda vez ~~que~~ a sociedade mergulha nas trevas dos chamados regimes de exceção, a liberdade de imprensa é comprimida”.

No Brasil, não obstante a adoção formal da liberdade de informação em diferentes diplomas constitucionais, é a partir de 1988 que se consagra a plenitude das liberdades de informação, opinião e expressão, explicitadas em diversos incisos do art.5º da Magna Carta.

José Afonso da Silva²⁶ afirma que a liberdade de informação, nos termos constitucionais, “compreende a procura, o acesso, o recebimento e a difusão de informações ou idéias, por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada qual pelos abusos que cometer”. É proclamada no inciso XIV do art. 5º da Constituição, *verbis*:

Art.5, Inc. XIV- É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

Sendo necessidade lógica a proteção à liberdade de manifestação do pensamento, que vem amparada no inciso IV do mesmo dispositivo legal:

Art.5, Inc. IV- É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.

Celsos Bastos, ao comentar o mesmo inciso, conclui que a liberdade de informação ganhou novos contornos, adquirindo-se uma visão integrada do processo informativo, havendo, segundo ele, uma reciprocidade de posições. “Aquele que em dado momento informa, em outro está a receber informação, da qual, de resto, depende para o próprio desenvolvimento do seu pensamento.”²⁷

²⁵ CALDAS, P. F. op.cit.p.64.

²⁶ SILVA, J. A. da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 1992. p.223. Para esse autor a liberdade de informação é mais uma das liberdades que compõe a Liberdade base ou matriz, expressões suas, que é a liberdade de agir. Segundo ele, a liberdade, em qualquer de suas formas só pode ser condicionada por um sistema de legalidade legítima. Essa posição é também compartilhada nessa monografia.

²⁷ BASTOS, C. R. e MARTINS, I. G. **Comentários à Constituição Brasil**. V.2. São Paulo: Saraiva, 1989. p.81

Em âmbito constitucional também ressalta-se a proteção da liberdade de **informação** através dos diferentes meios de comunicação, sendo assim expressada no **parágrafo 1º** do art. 220:

Art.220, caput- A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

Parágrafo 1º- Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º , IV,V,X,XIII e XIV.

Veda-se a censura, como previsto no parágrafo 2º do art.220:

Parágrafo 2º- É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

Comentando o dispositivo, o prof. José Afonso da Silva²⁸ repudia tanto a **censura prévia** (intervenção oficial que impede a divulgação da matéria) quanto a **censura posterior** (intervenção oficial que se exerce depois da impressão, mas antes da **publicação**, impeditiva da circulação do veículo), ao contrário do que pensa o prof. Celso Bastos²⁹ que acredita que em certos casos, alguns atos, “sob pretexto do direito de livre expressão do pensamento, podem assumir uma feição até mesmo delituosa”, destes atos o Estado não poderia evadir-se do “dever de prevenir e reprimir esta criminalidade”.

Retomando o pensamento do prof. José Afonso³⁰, quem acredita ser incompatível a censura com o exercício adequado da liberdade de imprensa, toma-se em conta que, segundo esse autor, “a liberdade dominante é a liberdade de ser informado”. Esclarecendo-se que, para tanto, a atividade exercida pelos meios de comunicação de massa não é um direito, mas um dever, tanto do dono da empresa quanto do jornalista, que deve ser cumprido de maneira correta e imparcial.

Afirma o prof. José Afonso que a imprensa, escrita ou falada e televisada desempenha uma função social, sendo instrumento de defesa da sociedade contra o

²⁸ SILVA, J. A da. op. cit.p.224.

²⁹ BASTOS, C. R. op. cit., p.83.

³⁰ SILVA, J. A. da. loc. cit.

excesso de poder e controle sobre o mesmo, assegurando, com isso, “a expansão da liberdade humana”.

1.5- A LEI DE IMPRENSA BRASILEIRA

A Lei 5250 de 9 de fevereiro de 1967, é o dispositivo legal que regula a liberdade de imprensa. Vigente até os dias atuais, foi assinada pelo Presidente Castello Branco. Produto do regime militar, a Lei 5250 surgiu sob a égide da Constituição ditatorial de 1967, sendo votada às 23:45 do dia 22 de janeiro daquele ano, como narra Gustavo Fruet. De acordo com esse autor, diversos setores, inclusive governistas, criticaram a lei.³¹

A lei em vigor é um dos últimos textos ditatoriais restantes dentre os documentos baixados nos 21 anos de regime militar, sendo o que chamam de “entulho autoritário”. Diversas propostas de modificação já foram apresentadas, entre as quais, 28 emendas apresentadas pela Associação de Imprensa Brasileira (ABI).³²

Não obstante a origem antidemocrática da Lei em vigor, o advento da Constituição de 1988 permite que se releia diversos dispositivos seus sob a ótica constitucional. Assim, o artigo 1º da Lei dispõe:

Art.1º- É livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou idéias, por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da lei , pelos abusos que cometer.

Esse texto deve ser interpretado com os incisos IV, V, XIV do art. 5º e com o art.220 e parágrafos da Constituição Federal.

Com essas observações já se pode notar que são essas duas fontes legais as de maior relevância para a delimitação da liberdade de informação dos meios de comunicação de massa. Antes, porém de iniciar-se a incursão quanto aos limites que a

³¹ FRUET, G. B. *Lei de Imprensa, o limite entre a norma penal e a liberdade de informação*. Curitiba, 1991. 189 f. Monografia (Especialização em ciências penais) Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. pp. 59/60.

³² Ibid. pp.82/86.

circundam é relevante apontar-se quais os tipos de informação difundidas pela **imprensa**, isto é, onde se revela a sua atividade informativa específica.

2- TIPOS DE INFORMAÇÃO PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

2.1- A NOTÍCIA

Tratando-se da atividade de difusão de informações pelos meios de comunicação desponta a idéia de notícia, que é, para Luiz Amaral, a matéria-prima do jornalismo. Para esse jornalista, um fato deixa de ser um mero fato e torna-se notícia quando rompe o círculo estreito da família, amigos, vizinhos e passa a interessar a populações inteiras, chegando a ser um acontecimento global.³³

Seguindo sua conceituação, Luiz Amaral ressalta a revista *Colleirs Weekly*, que coloca a notícia como sendo tudo o que o público necessita saber e deseja falar. Nas palavras desse periódico notícia é “a inteligência exata e oportuna dos acontecimentos, descobrimentos, opiniões e assuntos de todas as categorias que interessam aos leitores,” e conclui afirmando que “a notícia se funda, pois, no público e deve-se avaliar seu interesse apreciando nela o que interessa ao público.”³⁴

Esse interesse público, alvo do jornalista, deve ser legítimo, isto é, coberto pelo manto jurídico. Daí as questões que envolvem os abusos cometidos pela imprensa quando sai do âmbito da licitude e avança sobre espaços não abertos à sua ação. Situações essas cada vez mais comuns e constantes no mundo contemporâneo, onde a informação adquiriu valor econômico e onde o interesse público pode adquirir conotações comerciais. Esse interesse tão disputado por grandes empresas da informação pode ser traduzido nas célebres palavras do redator do *Examiner*, Arthur Mc Ewen³⁵, anotadas por Serrano Neves (1981, p.127): “o que procuramos é a emoção de uma sensação. Imprimimos o nosso jornal de maneira a que o leitor, ao abri-lo, exclame:— Meu Deus!”

³³ AMARAL, L. *Técnica de Jornal e Periódico*. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, 1978. pp.59/ 60

³⁴ Id.

³⁵ Apud NEVES, Serrano. *A Tutela Penal da Solidão*. Rio de Janeiro: Edições Trabalhista S.A., 1981.p.127

René Dotti (1980, p.132) acrescenta a esse raciocínio, citando Émile de Girardin³⁶, jornalista francês, fundador do *La Presse*, quem afirma: “o jornalismo está para a liberdade de imprensa como a sombra está para a luz. A liberdade de imprensa é um direito político; o jornalismo, uma profissão comercial”.

A notícia deve ser, segundo manuais de técnica de jornalismo, recente, inédita, objetiva, de interesse público e verdadeira.³⁷ Não se discute a exigência de potencial na notícia para despertar atenção e curiosidade pública, pois é essencial à atividade jornalística, mas o interesse público mirado deve conter a conotação jurídica e ética que barra o abuso. Também a verdade deve nortear toda difusão de informações, pois, se a notícia deve ser, segundo Duane Bradley³⁸, citado na obra de Darcy Arruda (1985, p.153), “o relato honesto, imparcial e completo de fatos que interessam e afetam ao público” ela funda-se necessariamente na verdade.

Daí Sidney Guerra reclamar uma imprensa livre mas capaz de fornecer informações que levem em consideração os componentes éticos da notícia. Esse autor também relembra a existência de limites constitucionais à liberdade de imprensa, ressaltando a necessidade de uma nova lei ordinária, na qual o legislador pátrio imponha limites que não ultrapassem as cláusulas constitucionais.³⁹

A questão das limitações à liberdade de imprensa terá apreciação nos capítulos subsequentes, ao momento basta anotar a necessidade de limites, como grande parte da doutrina coloca. De outro lado, essa problemática só se impõe pela necessidade social ao acesso às informações, traduzidas em notícias pela imprensa. Como afirma William Mac Dougall, citado por Mário Erbolato⁴⁰: “as notícias chegam a ser causa direta de nossas ações, pois com a sua influência psicológica põem em marcha o mecanismo da conduta do indivíduo e representam a fonte secreta de onde brota a cultura humana, em suas múltiplas facetas”.

³⁶ Parecer citado em DOTTI, R. A. op. cit., p.132

³⁷ Apud ERBOLATO, M. L. *Técnicas de Codificação em Jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 1984. p.51

³⁸ BRADLEY, D. A *Imprensa, sua Importância na Democracia*. pp.35/36.

³⁹ GUERRA, S. C. S. op. cit. p.105

⁴⁰ Apud ERBOLATO, M. L. op. cit. p.47.

2.2- A REPORTAGEM

Obtendo a sua matéria-prima: a notícia, cabe ao jornalista esmiuçá-la, buscar todas as informações possíveis sobre a mesma, trabalhá-la, realizando uma reportagem sobre o assunto em pauta. Esse trabalho é realizado pelo repórter, profissional que colhe as informações, descrevendo o que vê e ouve, dependendo da natureza do fato.⁴¹ Cabe a ele cobrir os assuntos que a pauta determinar.

Os temas abordados devem causar sempre o interesse do público alvo, podendo variar entre fatos políticos nacionais ou internacionais, locais, policiais, desportivos, culturais. Cada veículo de informação visa determinado público, em círculos mais ou menos abrangentes, preponderando um ou outro tipo de notícia. Sobre isso Luiz Amaral escreve que uma das peculiaridades marcantes da imprensa de países menos desenvolvidos é “a valorização exagerada do fato policial”.⁴²

Não importa, porém, se a reportagem realizada aborda um fato policial ou de política internacional, o que não pode ser minimizado pelo repórter, bem como pelo redator, é o trabalho de apuração de todos os dados colhidos para a reportagem. Mário Erbolato⁴³ acentua a relevância dessa atividade, em que devem ser levados em conta detalhes aparentemente irrelevantes, da mesma forma que nomes, datas e lugares.

Diversos meios são adotados pelo jornalista para garantir uma notícia que contenha informações válidas para o seu leitor, seja a observação direta, como a coleta, que consiste no recebimento de comunicados oficiais ou também conversas com fontes diretas ou indiretas.⁴⁴

Quanto às fontes, há dispositivo constitucional que assegura o sigilo sobre as mesmas. Trata-se do inciso XIV do art.5º, o mesmo que garante, não por mero acaso, a liberdade de informação. A própria Lei 5250 de 1967, no art.71, dá guarida ao sigilo das fontes.

⁴¹ Ibid. p.137

⁴² AMARAL, L. op.cit.p.91

⁴³ ERBOLATO, M. L., loc. cit.

⁴⁴ Id.

Comentando a importância dessa proteção, Darcy Arruda Miranda afirma que “não poucas vezes, quem tem uma informação de grande interesse público deixa de divulgá-la, pelo justificado receio de perder o emprego ou a função”. E acrescenta que escudado pelo sigilo pode um indivíduo prestar relevantes serviços à coletividade e o jornalista que colhe a preciosa informação pode transmiti-la sem o receio de ser coagido a denunciar a sua fonte.⁴⁵

Uma boa reportagem pode exigir do jornalista artifícios mais ousados para realizar o levantamento dos dados de que necessita. É o que Mário Erbolato chama de despistamento, atitude que pode levar à consumação do crime de falsa identidade, punido pelo Código Penal com três meses a um ano de detenção.⁴⁶

São realizadas, no entanto, por meio desse recurso, reportagens de grande valor, como o caso, citado por esse autor, do repórter Don Kellerman, jornalista do *Newday*, de Long Island. Para saber como os criminosos primários eram tratados pela polícia, Kellerman fingiu um assalto, ficando preso durante sete semanas, sob nome falso. Obteve todas as informações de que precisava, sendo posto em liberdade mediante fiança e posteriormente absolvido depois de comprovar que era jornalista em missão profissional.⁴⁷

Segundo Erbolato⁴⁸, também a análise, “processo pelo qual o repórter faz um exame crítico e confronta os fatos presentes com os do passado, a fim de dar ao leitor o panorama e a perspectiva de um acontecimento” é meio para a transmissão de uma informação fiel e honesta. Objetivo central do jornalismo sério e responsável.

Ainda, para a captação de notícias e realização de boas reportagens há outro meio ao qual o jornalista pode recorrer— a entrevista, assunto a ser abordado em sequência.

⁴⁵ MIRANDA, D. A. op.cit.pp.773 / 774

⁴⁶ ERBOLATO, M. L. op. cit. p.162

⁴⁷ Id.

⁴⁸ Ibid. p.163

2.3- A ENTREVISTA

Devido à própria natureza do jornalista, como homem envolvido na sociedade, que não vive ensimesmado, sua atuação desenvolve-se sempre num contexto social, como explica Luiz Amaral, seu trabalho flui da comunicação entre os membros da comunidade.⁴⁹

Em acordo com Edgar Morin, Mário Erbolato diz que “a entrevista desenvolve-se em direção das superindividualidades que reinam no mundo dos veículos de comunicação”.⁵⁰

Erbolato explica que o gênero entrevista não foi, a princípio, bem aceito pelos profissionais da imprensa. Mas essa “técnica de obtenção de matéria de interesse jornalístico, por meio de perguntas a outrem”, como conceitua Luiz Beltrão⁵¹, acabou ganhando relevo no meio jornalístico. Isso porque nem sempre o repórter consegue estar nos locais de todas as ocorrências ou próximo delas, necessitando, dessa forma, ouvir quem presenciou o fato que merece divulgação.

Além dessas entrevistas noticiosas, existem outras que se referem a pessoas que, por alguma razão, possuem informações ou opiniões destacadas. São essas as chamadas entrevistas de opinião ou de informação, que são, como explica Luiz Amaral, excelente meio de vulgarização, no qual o jornalista é intermediário entre aquele que sabe e aquele que deseja saber.⁵²

Outro tipo de entrevista destacada pelo autor supra citado é aquela cujo objetivo é revelar uma personalidade, em que além das idéias e opiniões do entrevistado, o jornalista procura retratá-lo “de corpo inteiro”.

Quanto às entrevistas, Serrano Neves faz um alerta para a capacidade destrutiva que têm, exclamando: “As entrevistas colhidas, compostas ou distorcidas pela sagacidade do repórter moderno!” Ressalta a existência de aparelhos de espionagem secreta, ou ainda a dita ‘informalidade’, muitas vezes inescrupulosamente

⁴⁹ AMARAL, L. op. cit. pp. 80/81

⁵⁰ Apud ERBOLATO, M.L. op. cit. p.137

⁵¹ Id.

⁵² Id.

utilizada pelo repórter ambicioso. O silêncio não é menos envolvente para o repórter sagaz. Segundo esse autor, a falta da informação “dá lugar à reticência, e esta, por sua vez, é de pontiaguda eloquência”.⁵²

Neves destaca a importância de o legislador levar em conta a realidade dos intervalos privados. Afirma que a jurisprudência nacional e de além-mar vem exigindo, no caso de entrevistas que atinjam a honra pessoal de alguém, que o ofendido, *ex ante*, interpele o ofensor, para que este confirme ou não a matéria em causa. Pois, como se sabe, o redator insere muitas vezes “achegos surpreendentes resultantes dos denominados intervalos privados do diálogo”⁵³.

Até por isso a entrevista é, hoje, repelida ou posta em dúvida nos domínios da Justiça Criminal para servir de *corpus delicti*. Tratando-se, em diversos casos, de prova incompleta, insuficiente, suscetível de modificação, como explica o renomado autor.

Para corroborar tal posição Serrano Neves cita acórdão da 3ª Câmara do Tribunal de Justiça da Guanabara, referente a recurso criminal em que o relator afirmou que não teria ficado provada a autenticidade da entrevista concedida à imprensa, para a qual exige-se, para efeito de responsabilização do entrevistado, que ele a tenha escrito ou, ao menos, autenticado, com sua assinatura.⁵⁴

Muitas vezes um repórter ilustra a sua entrevista com uma fotografia do entrevistado. Meio pelo qual também retrata diversos acontecimentos dinâmicos e muitas, vezes, quase instantâneos que, por golpe de sorte, tenha ele conseguido registrar com uma imagem que contribuirá incisivamente à compreensão e difusão da notícia publicada.

2.4- A DIVULGAÇÃO DA IMAGEM

A imagem divulgada têm, muitas vezes, a capacidade de transmitir, por si só, a informação objeto de uma notícia. Recurso que atualmente é bastante utilizado pela

⁵² NEVES, S. *Direito de...* . pp. 237/239

⁵³ NEVES, S. *A Tutela Penal ...* p.142

⁵⁴ NEVES, S. *Direito de...*pp.239/240. DJ, GB. p. 618. 24 dez. 1964

imprensa, escrita (acompanhada de fotografias por exemplo), radiodifundida (televisão, rádio), ou cibernética.

Como transmitir uma imagem por ondas de rádio? A resposta a essa indagação centra-se no conceito de imagem, que não se limita no plano físico-anatômico de uma pessoa. Como explica Pedro Frederico o aspecto físico é a melhor representação da imagem de alguém, mas outros caracteres capazes de individualizar uma personalidade são muito bem capazes de transmitir a imagem pessoal correspondente. A voz pode ser exemplo desses outros elementos, quando passível de representar o seu emissor.⁵⁵

Destaca-se o direito personalíssimo à imagem do qual não se deve confundir o corpo como objeto desse direito, uma vez que a imagem, como visto, pode se projetar por diversas formas, segundo Pedro Frederico Caldas.

Para Sidney Guerra (1999, pp.53/55), que adota a tese de Luiz Alberto David Araújo⁵⁶, é possível identificar a imagem-retrato e a imagem-atributo, sendo a primeira decorrente da identidade física da pessoa e a segunda a que envolve o indivíduo nas suas relações sociais. A imprensa lança mão constantemente de imagens, nesse sentido amplo a que anota a doutrina, para conseguir o efeito pretendido diante do público.

Quanto às imagens visuais é mais incisiva a utilização quanto mais célere tende a ser o processo informativo dos meios de comunicação. Ignácio Ramonet ressalta essa característica, cada vez mais comum no meio jornalístico. Segundo ele, para a mídia atual :“ver é compreender”, reafirmando a tendência moderna da ‘auto-informação’.⁵⁷ O mesmo autor revela diversas técnicas de produção de imagens que nada mais remetem do que à falsas notícias.⁵⁸

⁵⁵ CALDAS, P. F., op. cit. pp.27/28. O autor cita Pascual Quintana, em dissertação recolhida da obra de Walter Moraes, segundo quem “a imagem toma individualidade própria formada por elementos psicológicos; portanto para a construção do conceito de imagem humana não podemos prescindir de dois elementos, tanto físicos quanto psíquicos, gozando ela dos dois estados; é um bem material da pessoa, enquanto seja um signo de identidade, e é material enquanto represente a individualidade desta e seu espírito, e, como tais fatores psíquicos, nos dão a explicação a diferente substância da imagem em relação ao corpo, o qual lhe imprime um selo de imaterialidade.” (MORAES, W. *Direito à própria imagem*, verbete da Enciclopédia Saraiva do Direito, v.25, p.343)

⁵⁶ ARAÚJO, L. A. D. *A proteção constitucional da própria imagem*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996, p.29

⁵⁷ RAMONET, I. op. cit. pp.61/71. A chamada auto-informação traduz a tendência do jornalista em deixar de ser um filtro racional das incontáveis informações que recebe, tornando-se tal como um vidro transparente que apenas deixa passar os fatos dos locais onde acontecem ao público,

A imagem verdadeira ou blefada é, reafirme-se, altamente explorada pelos meios de comunicação de massa, sendo indispensável grande cautela quanto à proteção dessa que é um direito da personalidade, instituído, inclusive, pela Constituição de 1988. Sobre as consequências do abuso quanto a utilização da imagem e demais direitos da personalidade remete-se à leitura do próximo capítulo.

que assiste pasmo às imagens que vê, acreditando serem fidedignas, interpretando da maneira que for possível o que lhe é apresentado.

⁵⁸ Id. Apesar da visão extremamente pessimista e crítica ao jornalismo contemporâneo esse autor dá uma noção bastante clara do poder de persuasão e manipulação que a mídia pode exercer sobre seus destinatários. Cabe no entanto, à qualquer visão extremada, o máximo de ponderação.

3- LIBERDADE DE INFORMAÇÃO E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE

3.1- DIREITO À INTIMIDADE E À VIDA PRIVADA

A imprensa deve ser livre, mas responsável, como acentua Serrano Neves⁵⁹. Seguindo seu pensamento, releva a questão dos limites à liberdade de imprensa “em nome e por exigência do interesse público, pode a imprensa divulgar, sabidamente *quase* tudo. Pois esse *quase* [grifo do autor] é o marco, a linha divisória de sua liberdade. Uma coisa é o interesse público outra a curiosidade pública.”

Acaba o direito de imprensa, segundo Serrano Neves, quando surge o direito de outrem. E diante das novas técnicas de captação de informações, não há dúvida que entre os direitos mais expostos ao ataque da mídia estão o direito à privacidade e o direito à intimidade.

Estes e outros, como o direito à vida, à honra, à identidade pessoal, são direitos da personalidade, isto é, aqueles direitos que se referem à própria pessoa humana, como explica René Dotti (1980, pp. 23 e ss.), citando Antunes Varela.⁶⁰

De acordo com a doutrina de Dotti, quanto ao direito à vida privada, a sua projeção autônoma diante dos demais direitos da personalidade inicia-se em fins do século XIX, tornando-se preocupação internacional após a revolução tecnológica do ocidente, sob influência da 2ª Guerra Mundial.⁶¹

Fato é que desde o surgimento dos direitos da personalidade, no âmbito privado, até a sua transição para os Direitos Públicos, muito se conquistou em termos de proteção à vida privada. Foi com a Declaração Universal dos Direitos do Humanos de 1948, que o direito à vida privada ganhou tratamento autônomo, através do art.12.⁶²

⁵⁹ NEVES, S. A tutela ... pp.120/128

⁶⁰ VARELA, A. J. de M. *Noções Fundamentais de Direito Civil*, v. I. Coimbra, 1945.

⁶¹ Preocupação essa salientada por Dotti, às pp. 29 e 30 da obra citada, através da declaração do prof. Beaney, em Congresso dos EUA, em 1965, quando afirmava que era urgente a tentar-se para a ingerência na vida privada, porque, sem um controle efetivo, em vinte ou trinta anos ninguém se preocuparia em levantar questões sobre a intimidade, aceitando passivamente o fato de não mais serem homens livres, mas peixes, vivendo num aquário.

⁶² DOTTI, R. A. op. cit. p.41

A jurisprudência é, no entanto, de acordo com o autor supra citado, a fonte que deu eficácia à esse direito, desde julgados que remontam ao século XVIII. Exemplificando o trabalho jurisprudencial cita-se um dos casos de maior projeção, ocorrido no ano de 1849, em Inglaterra, envolvendo a Rainha Vitória, o Príncipe Alberto e William Strange, que editou um catálogo com gravuras contendo imagens da família real (tais imagens eram produto da dedicação pessoal da Rainha e seu marido à pintura). A decisão embasada em interpretação extensiva garantiu tutela à intimidade.⁶³

As mudanças em relação à vida do homem moderno tornou a discussão quanto à proteção à intimidade cada vez mais veemente. Em 1890 é publicado o artigo de *Warren-Brandeis*, na *Havard Law Review*, ressaltando a relevância da garantia legal do direito de estar só, encontrando remédios na *commom law* e na *equit*. Pouco depois seus enunciados viriam a fundamentar decisões.⁶⁴

Entre nós o direito à vida privada encontra consagração no art.5º, inciso X da Constituição Federal, que declara:

Art.5º, inc. X- São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente da sua violação.

Como se observa, a Constituição cita dois direitos que podem ter conteúdo semelhantes, mas aos quais a doutrina levanta diferenças: a intimidade e a vida privada. De acordo com Pedro Frederico, a Lei Constitucional tratou de evitar, dessa forma, que uma demarcação levasse a qualquer subtração à sua garantia.⁶⁵

Para René Dotti o direito à intimidade, como círculo mais restrito do direito à vida privada, é “um sentimento que brota do mais profundo do ser humano, um sentimento essencialmente espiritual”. Dotti (1980, p.69) traz em conclusão Jean

⁶³ A decisão pode ser contemplada integralmente cf. DOTTI, op. cit. pp.45/50

⁶⁴ O artigo de 28 páginas, escrito em 1890 pelos advogados norte-americanos Samuel Warren e Louis Brandeis, pode ser lido na tradução hispânica a cargo de Benigno Pendás e Pilar Baselga, intitulada *El Derecho a la Intimidad (The Right of Privacy)*.

⁶⁵ CALDAS, P. F. op. cit. pp.41/43.

Carbonier⁶⁶, afirmando que a intimidade se caracteriza como “a esfera secreta da vida do indivíduo na qual este tem o poder legal de evitar os demais”.

Quanto à vida privada, René Dotti (1980, p.72) traz a formulação de Pietro Rescigno⁶⁷, que afirma ser esta “a pretensão do indivíduo de ver impedida da curiosidade alheia, proibindo a indiscrição e a publicidade não voluntária, o conhecimento e a divulgação de suas vicissitudes pessoais e familiares” Tanto a vida privada como a intimidade são objetos da guarda legal, inclusive no sistema jurídico brasileiro, como visto. Resta fazer um breve paralelo com o direito à liberdade de informação, uma vez que num Estado Democrático de Direito ambos os direitos merecem igual proteção.

O professor Dotti afirma que as “limitações reciprocamente impostas não resultam da hierarquia entre as liberdades em conflito”, remetendo às situações concretas que interferem em cada situação. Para ele o direito à liberdade de informação caracteriza uma exceção geral ao direito à vida privada, sendo necessário analisar os interesses públicos e particulares envolvidos.⁶⁸

Varia intensamente a possibilidade de intromissão nas esferas da vida privada, de acordo com Pedro Frederico Caldas⁶⁹, a vida pública de um homem pode ser tão intensa que lhe seja reservado um círculo bastante restrito à sua privacidade. A face pública de existência pode variar de pessoa para pessoa, da mesma forma que a face privada.

Citando Hans-Heinrich Maass⁷⁰, Caldas (1997, p.52) afirma que em muitas situações é difícil estabelecer, quanto ao “homem público” um limite certo entre as duas esferas, considerando-se que muitos campos da vida social, profissional e econômica estão na penumbra de uma publicidade privada.

⁶⁶ Apud DOTTI, R. A. op. cit. p.69

⁶⁷ RESCIGNO, P. *Il diritto all'intimità della vita privata*. In: Simpósio de Estudos de Direito e Processo Penal, 3, 1967, Vareia. *Il diritto alla riservatezza e la sua tutela penale*. Milão: 1970. p.159

⁶⁸ DOTTI, R. A. op. cit. pp.181/182

⁶⁹ CALDAS, P. F. op. cit. pp. 51/56. A teoria das esferas da vida privada é adotada por esse autor que se baseia na teoria germânica dos três círculos concêntricos: a de maior diâmetro corresponderia à privacidade, o segundo à esfera da confiança e o terceiro, o círculo do segredo.

⁷⁰ In FERNANDES, M. *A proteção civil da intimidade*. São Paulo: Saraiva, 1977. p. 67.

A tutela penal pátria quanto à proteção da vida privada é, de acordo com Serrano Neves, insatisfatória, fazendo-se através de dispositivos que apenas a circundam, como por exemplo, ao tratar da violação ao domicílio, ou da violação de correspondência. Por isso, reclama o autor uma legislação específica.⁷¹ Não se pode negar, quanto a isso, o papel decisivo da tutela constitucional à esse direito, o que ainda não conhecia, ao tempo de sua obra, o autor mencionado.

Importa retomar a importância da garantia ao direito à vida privada, justificando-se cada vez mais essa necessidade diante do fenômeno da ‘erosão da privacidade’, como bem retratou René Dotti⁷². Acentuando ainda mais a importância da reflexão sobre o tema ressalta-se Musati⁷³, citado por Dotti (1980, p.64), quem afirma ser esse direito “uma espécie de premissa geral, um antecedente geral da capacidade jurídica, um *a priori* da própria personalidade”.

Há ainda que se anotar a existência de outros direitos da personalidade com igual proteção constitucional que se defrontam com a liberdade de imprensa. Destaca-se o direito à honra e o direito à imagem, que em diversas situações são atingidos concomitantemente com o direito à vida privada. Diferenciações a parte, prossegue-se a digressão quanto a tais direitos constitucionalmente garantidos.

3.2- DIREITO À HONRA

O direito à honra é garantido pelo artigo 5º inciso X da Constituição Federal Brasileira, transcrito no item anterior. Como afirma José Afonso⁷⁴ em comentário sobre o dispositivo, a honra é “o conjunto de qualidades que caracterizam a dignidade da pessoa, o respeito dos concidadãos, o bom nome, a reputação”.

⁷¹ NEVES, S. A *Tutela* ... pp. 171/173. Serrano Neves teria encaminhado, em dezembro de 1980, sugestão de legislação específica à Comissão Revisora do Código Penal de 40, cuja transcrição é feita nas páginas referidas.

⁷² DOTTI, R. A. op. cit. p.177

⁷³ Apud COSTA JÚNIOR, P. J. da. *O direito de estar só: tutela penal da intimidade*. São Paulo, 1970. p. 9.

⁷⁴ SILVA, J. A. da. op. cit. p.191

Coloca brilhantemente a importância desse direito, Pedro Frederico Caldas, quem lembra que para muitos, a honra sobreleva a própria vida, retratando sua afirmação com referência ao poema de Gonçalves Dias: I-Juca-Pirama.⁷⁵

Segundo esse autor, há que se distinguir um aspecto subjetivo de outro objetivo da honra. Na face interna a honra remete-se à auto-estima, no sentimento de dignidade de cada um. Valor esse que a cada um erige a necessidade do reconhecimento e confirmação da sociedade, sobrelevando o aspecto objetivo nessa estima e consideração moral de todos. A síntese dos dois elementos configura o direito em questão.

Nessas duas dimensões a honra é protegida pela Constituição, como explica Celso Bastos, afirmando que a proteção à honra consiste no direito de não ser ofendido ou lesado na sua dignidade ou consideração social. Caso ocorra tal lesão, surge o direito de defesa.⁷⁶

Esse direito de defesa pode ser exercido por exemplo, pelo que dispõem os artigos do Capítulo V do Código Penal, que punem a calúnia, a difamação e a injúria, os chamados crimes contra a honra. Crimes esses que se cometidos pela imprensa encontram tipificação específica na Lei 5250 de 1967 (artigos 20, 21 e 22 respectivamente).

No caso dos crimes cometidos através da imprensa há que se notar que o *animus narrandi* exclui o dolo, como bem salienta Darcy Arruda Miranda, uma vez que é da própria essência da liberdade dos veículos de informação a narração dos fatos ocorrentes. Assinala que qualquer das três modalidades de crime são punidas somente à título de dolo, não havendo a modalidade culposa.⁷⁷

Adriano de Cupis⁷⁸, citado por José Afonso da Silva(1992, p.191), afirma que é conferido o direito de a pessoa preservar a própria dignidade, mesmo que fictícia, até

⁷⁵ CALDAS, P. F., op. cit., pp. 22/27. O clássico poema de Gonçalves Dias ilustra com propriedade o tema por ser baseado na história do índio tupi (I-Juca-Pirama) que, ao final, entrega-se em luta solitária contra a tribo inimiga, consciente da morte próxima, mas à qual se sujeita, pela vontade do velho pai, para preservar a honra da sua tribo.

⁷⁶ BASTOS, C. R., op. cit. pp.64/65

⁷⁷ MIRANDA, D. A., op. cit. pp. 283 e 385

⁷⁸ De CUPIS, A. *Riservatezza e segreto, Novissimo Digesto Italiano*. Turim: Utet, 1969. p.115.

contra ataques da verdade, destacando aí a esfera de segredo que fica sob o campo da vida privada, estabelecendo-se aí um tangenciar entre os dois direitos.

Importa ressaltar que a exceção da verdade é um refúgio que pode ser utilizado pelo profissional da imprensa apenas em casos delimitados pelos artigos supra citados, sendo possível encontrar a delimitação da sua abrangência na doutrina brasileira. Assim por exemplo, dispõe o parágrafo 2º do art.20 da Lei de Imprensa, admitindo a prova da verdade no crime de calúnia, salvo se do crime imputado o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.

Outra discussão presente na doutrina diz respeito ao impedimento da *exceptio veritatis* contra as autoridades enumeradas no parágrafo 3º do artigo acima mencionado, entre as quais figura o Presidente da República. Contra essa disposição levanta-se Gustavo Fruet, afirmando que o texto legal transforma aquelas autoridades em “pessoas acima da lei”.⁷⁹

De qualquer forma o legislador proibiu a prova da verdade nos fatos relativos à vida privada do ofendido, assim, somente quanto à fatos imputados poderá se proceder à exceção, verificada a verdade da imputação. Ainda assim, não havendo interesse público a prova torna-se inadmissível. Darcy Arruda é incisivo quanto a esse assunto afirmando que o caluniador ou difamador não deverá extravasar da moldura do fato imputado para “vasculhar a vida pregressa ou atual do difamado”.⁸⁰ (Grifo nosso).

No decorrer desse raciocínio percebe-se um constante cruzar entre o direito à honra e o direito à vida privada, mas importa diferenciá-los já que são autônomos, daí retoma-se René Dotti, que explica que a honra é um dos bens integrantes da relação social, enquanto a vida privada traduz-se num sentimento e vontade de refúgio.⁸¹

Os autores confrontam, ainda, à tais direitos um outro, ao qual já se referiu anteriormente e pretende-se abordar no tópico seguinte, que é o direito à imagem. Pedro Frederico Caldas exemplifica a situação citando caso hipotético em que se tomem sorrateiramente imagens de uma mulher despida, no interior da sua casa, transmitindo-se ao público por cenas televisionadas, violando-se com isso,

⁷⁹ FRUET, G. B. op. cit. pp.81/82

⁸⁰ MIRANDA, D. A., op. cit. pp.307/311

⁸¹ DOTTI, R. A., op. cit. p.86.

evidentemente, o seu decoro⁸². Quanto a esse exemplo René Dotti lembra-se de um episódio verídico em que se envolveu em situação idêntica Jacqueline Onassis e um fotógrafo, que acabou por consumir o crime de injúria.⁸³

3.3- DIREITO À IMAGEM

Também enquadrado no rol dos direitos da personalidade o direito à imagem é, nas palavras de Hermano Duval⁸⁴, citado por Sidney Guerra (1999, p.55): “a projeção da personalidade física (traços fisionômicos, corpo, atitudes, gestos, sorrisos, indumentárias, etc.) ou moral (aura, fama, reputação, etc.) do indivíduo (homens, mulheres, crianças ou bebês) no mundo exterior”.

É um conceito que abrange a dimensão física e moral de uma pessoa, em sentido oposto do que define Adriano de Cupis, em obra de José Afonso, que coloca a imagem como sendo o aspecto físico, tal como é perceptível visivelmente.⁸⁵

Como coloca claramente Pedro Frederico Caldas: “evidente que a imagem de uma pessoa não se esgota nos limites dos seus atributos físicos (...). Se assim o fosse, a imagem do homem seria idêntica ao do primeiro ser moldado pelo Demiurgo, mas sem o sopro do criador d’Ele. Sem o sopro do Verbo Divino o homem seria como o boneco de barro”.⁸⁶

Sidney Guerra também adota essa visão mais ampla do direito à imagem, tratando-a em dois aspectos, de acordo com a doutrina de Walter Moraes e Hermano Durval, assim, a imagem-retrato e a imagem-atributo.⁸⁷

Ainda seguindo o raciocínio desse autor, que afirma que com os avanços tecnológicos não mais se poderia deixar de fora dos direitos civis o direito à imagem, destacando a necessidade ainda mais veemente dessa proteção ante ao “quarto poder”,

⁸² CALDAS, P. F. op. cit. p.33

⁸³ DOTTI, R. A. op. cit. p.86. O fato também é rememorado por Serrano Neves em seu *Direito de Imprensa*, p.301

⁸⁴ DUVAL, H. *Direito à Imagem*. São Paulo: Saraiva, 1988.

⁸⁵ DE CUPIS, A. op. cit. p. 117.

⁸⁶ CALDAS, P. F. op. cit. p.27

trata-se de observar a garantia que lhe é dada pela Constituição de 1988, no mesmo dispositivo que abarca os direitos à vida privada e à honra (art.5º , inc.X).

Sobre essa tutela constitucional Guerra (1999, p.59) cita Celso Bastos⁸⁸, quem confirma a real importância do dispositivo relativo à imagem afirmando que “dos direitos que o Direito europeu já havia desenvolvido no segundo pós-guerra, e que o Direito brasileiro não havia acompanhado, era, portanto, uma carência do nosso Direito Constitucional que o atual texto veio preencher”. Afirma, ainda, que o problema suscitado por esse direito é que “muitas pessoas vivem da sua imagem e consequentemente estão por decorrência da sua própria profissão colocadas em um nível de exposição pública que não é próprio das pessoas comuns”.⁸⁹

Luiz David Araújo⁹⁰, citado por Sidney Guerra (1999, p.65), afirma que o restabelecimento da situação anterior do bem deve ser imediato e eficaz. Aqui retorna-se ao problema da liberdade de informação confrontada com um direito da personalidade, lembrando-se que a censura aos meios de comunicação é proibida pela Lei Constitucional. Para Guerra, cabe aos Tribunais, agindo mediante provocação, ainda que preventivamente, no exercício das suas atribuições legais, garantir o exercício dos direitos da personalidade, não se caracterizando censura como querem alguns autores.⁹¹

Tais ressalvas, feitas por esse autor, também se referem aos demais direitos mencionados no artigo supra citado, até porque, segundo o mesmo, o estudo do direito à imagem por vezes se confunde com os direitos à intimidade, à vida privada e à honra, sendo no entanto, categorias distintas de direitos, passíveis de violações específicas, como é possível retirar das incursões que se fez abordando cada qual com suas peculiaridades.⁹² Mostra-se coerente a afirmação de Pedro Frederico quanto à autonomia da imagem perante a honra ou a vida privada, que é para ele, dentre todos, o que mais se aproxima e se confunde com a personalidade em si. Ressalvando em

⁸⁷ MORAES, W. apud ARAÚJO, L. A. D. op. cit. p.29. Cf. item 2.3

⁸⁸ BASTOS, C. R. *A Constituição Brasileira de 1988*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988, p.22.

⁸⁹ BASTOS, C. R. op. cit. p.63

⁹⁰ ARAÚJO, L. A. D. op. cit. p.83.

⁹¹ GUERRA, S. C. S. op. cit. p.134

sequência que, “de qualquer forma, a abordagem para o exame de qual dos bens está sendo violado dependerá, e muito, do caso concreto(...)”⁹³

⁹² Ibid. pp.53/54

⁹³ CALDAS, P. F. op. cit. p.39

4- INFORMAÇÃO DE FATOS DELITUOSOS

4.1-O INTERESSE PÚBLICO PELA INFORMAÇÃO DOS FATOS DELITUOSOS

Diante da confrontação entre direitos da personalidade e a liberdade de informação, exercida pela imprensa, cumpre tratar da divulgação de fatos delituosos, situação flagrante da contraposição desses direitos. A seu lado, está a imprensa, no justo direito de denunciar os fatos criminosos. Como salienta Darcy Arruda Miranda⁹⁴, a imprensa pode agir, nesse sentido, mesmo antes de serem tais fatos conhecidos pela polícia. Até porque, ela exerce, segundo esse autor, “o papel de esculca da coletividade, e do seu mirante pode apreciar panoramas ainda inobservados pela polícia, dando ensejo a esta de apurar a realidade dos fatos”.

Em lado oposto, encontra-se aquele contra quem o veículo de informação imputa um fato delituoso. A esse é devido o respeito à dignidade humana, dando-se proteção aos direitos da personalidade. Nesse sentido o citado autor adverte que a imprensa deve ser fiel ao seu serviço prestado em prol do interesse público e por isso mesmo não pode e não deve fazer acusações levianas ou insidiosas, “atirando lama sobre a honra de alguém cujos atos estão sendo apreciados pela justiça”.

Junta-se a essa posição Serrano Neves, em trabalho sobre a tutela do direito à privacidade, enfatizando que sendo suspeito, indiciado, acusado ou sentenciado, “o homem, quer como pessoa, quer como personalidade, não deixa de sê-lo apenas porque está cumprindo pena criminal”⁹⁵.

Quanto a esse tema a Lei de Imprensa brasileira apresenta, no seu art. 27, inc. IV, uma exceção que descaracteriza o abuso da liberdade de informação por parte dos meios de comunicação, dispondo que não constitui abuso:

Art.27, inc. IV- A reprodução integral, parcial ou abreviada, a notícia, crônica ou resenha dos debates escritos ou orais, perante juizes e tribunais, bem como a divulgação de despachos e sentenças e de tudo quanto for ordenado ou comunicado por autoridades judiciais.

⁹⁴ MIRANDA, D. A. op. cit. pp.508/509

⁹⁵ NEVES, S. A *Tutela ...* p.175

Cumprе salientar a tramitação no Senado Federal do Projeto de Lei n.65/1999, vulgarmente conhecido como Lei da Mordada. A lei impõe ao magistrado, entre outros membros ligados aos processos e inquéritos policiais, sigilo quanto às informações que tiver acesso em razão do cargo que ocupa. A polêmica gerada por conta dos argumentos contrários à lei funda-se no princípio da publicidade dos atos processuais, mas também envolve discussões quanto à autonomia do órgão julgador. A seu turno, favoravelmente à lei evocam-se os princípios do devido processo legal, do *in dubio pro reu* e da presunção da inocência. São questões de grande envergadura e que suscitam grandes discussões.⁹⁶

Parece imprescindível a proteção de direitos individuais como a honra, a privacidade e a imagem de qualquer um, mas o que se insta saber é até que ponto o projeto de lei mencionado pretende tutelar tais direitos sem avançar destrutivamente contra o direito coletivo de informação. Evidente que esquadrihar as razões mais recônditas que levaram à elaboração de determinados dispositivos desse projeto é o primeiro passo para que se possa emitir qualquer juízo de valor. Mas muito além deve ser feito, análises técnicas, sistêmicas e sérias urgem serem iniciadas. A postergação de estudos a respeito pode resultar na inviabilidade de se neutralizar efeitos nefastos que possa surtir a aprovação de uma lei que abarca tal conteúdo.

Afora isso, cumpre afirmar que observados os limites quanto aos direitos constitucionalmente protegidos, parece óbvio que tanto delitos ainda não abarcados pela polícia, quanto aqueles que já foram noticiados, bem como os que já estão sendo processados, são de interesse da população. A liberdade de manifestação do pensamento e de informação fundamentam o conhecimento de tais fatos pelo público, a fim de que se forme a opinião pública, com plena liberdade de manifestação, como salienta Fernando Mantovani⁹⁷, transcendendo ainda a possibilidade de, com isso, ver a Justiça administrada de forma eficaz, independente e igual para todos. O autor italiano, em artigo citado pelo prof. René Dotti (1980, p.214), fala da relação imanente

⁹⁶ CHAIBUB, J. F. B. W. Reflexões sobre a “Lei da Mordada” e as pseudolimitações da liberdade de imprensa no Brasil, disponível em : <http://www.jus.com.br> acesso em: 20 de jul. de 2001.

⁹⁷ MANTOVANI, F. *Il diritto alla riservatezza e la sua tutela penale*. Milão, 1970. p.433.

entre a liberdade de manifestação do pensamento e a democracia, aspectos de uma realidade incindível, existindo ambas em função recíproca.

Serrano Neves afirma que atos e fatos judiciais devem chegar ao conhecimento da imprensa pois em torno deles gira interesse social irrecusável. O mesmo autor, falando da importância da crônica policial, judiciária e do noticiário mesmo, lembra a fórmula que propôs em obra anterior (já mencionada nessa monografia) — o equilíbrio do egoísmo, que significa uma coordenação que evite a censura exagerada, por parte dos juizes criminais, bem como a licenciosidade sem limites da parte do jornalismo.⁹⁸

Preocupam os efeitos que podem causar tal publicidade, tanto para os diretamente envolvidos, o suspeito ou acusado e a própria vítima e familiares, quanto para aqueles que indiretamente se deixam influir pela informação. As objeções que se fundam nos prejuízos aos primeiros serão oportunamente versadas nos próximos itens desse estudo. Quanto àqueles que indiretamente são afetados pela divulgação dada a esse tipo de informação são pertinentes alguns comentários.

Trata-se da questão levantada por alguns autores quanto à influência que a publicidade de fatos delituosos exerce no incentivo à criminalidade. É esse um dos pontos abordados no VIII Congresso Internacional de Direito Penal, realizado em Lisboa em 1971, a que alude o professor Dotti. Formulou-se a seguinte indagação: “as informações detalhadas pela imprensa sobre as infrações penais e a publicidade para a descoberta de autores, poderão produzir efeitos nocivos à moralidade pública e, ao mesmo tempo, sugerir a perpetração de atos criminosos análogos?”.⁹⁹

Sobre o assunto ateu-se com atenção Gustavo Fruet¹⁰⁰ ao analisar teorias sobre a relação da imprensa com a criminalidade, concluindo ser difícil descobrir o limite da influência. Para ele não há dúvida quanto à influência da imprensa na sociedade, porque é fator de interação social, contanto, não o faz isoladamente, pois que a criminalidade é decorrente de um complexo de causas.

⁹⁸ NEVES, S. *Direito de Imprensa*. pp. 408/409.

⁹⁹ Apud MIOTTO, A. B. *Problemas suscitados pela publicidade dada aos fatos criminosos*, em RBCDP, n.1, 1963, pp. 111 e ss.

¹⁰⁰ FRUET, G. B. op. cit. pp. 28/37

Afirma ainda que o direito penal é uma valoração de fatos sociais que existem necessariamente “*in natura sociali*”, antes de serem considerados pela ótica jurídica. De forma que, muitas vezes, a notícia se faz cruel e violenta pela própria realidade dos fatos.

Com o mesmo intuito Senderey trata da imprensa e criminalidade fazendo uma análise quanto a teorias que estudam o fenômeno criminoso, estudo esse também abordado por Fruet. Aquele autor conclui, ao final de suas digressões, que a crônica policial deve existir, pois a população tem o direito de estar informada do que sucede no seio da sociedade a que pertence, mas que “ninguém se beneficia de uma imprensa sensacionalista e escandalosa”, sendo portanto, essencial uma informação escoreita, exata, objetiva, capaz de “desenvolver uma campanha saudável contra a criminalidade”.¹⁰¹

Conclui-se esse tópico retomando Serrano Neves, quem também afirma ser direito do povo saber ao lado de quem vive na sociedade, tendo necessidade de conhecer a realidade tanto no que for belo quanto no que for horrível.¹⁰² Partindo dessa assertiva faz-se necessário analisar o interesse público quanto à apuração do fato delituoso.

4.2- O INTERESSE PÚBLICO NA APURAÇÃO DO FATO DELITUOSO

O interesse público paira também na investigação criminal. Antes mesmo de ser conhecido pela polícia, o público tem o direito de tomar conhecimento do fato delituoso que a imprensa descobriu, com certeza, por outra fonte direta, que não a própria polícia judiciária, é o que afirma Darcy Arruda Miranda, como já mencionado no item supra.¹⁰³

Essa ressalva se faz necessária porque a Lei de Imprensa no dispositivo transcrito anteriormente (art.27, inc. IV), não faz expressa exclusão de criminalidade

¹⁰¹ SENDERY, I. D. **Imprensa e Criminalidade**. trad. Ester Kosovski. São Paulo: José Bushatsky, 1983. pp. 131/133

¹⁰² NEVES, S. **Direito de...** p.404

¹⁰³ MIRANDA, D. A. op. cit. pp.508/509

quanto à reportagem junto à polícia judiciária, o que não significa que deva ser aí descaracterizada a exceção ao abuso da liberdade de informação, como sustenta o próprio autor acima citado.

A investigação criminal é de interesse público, como afirma René Dotti, mas com algumas limitações fundadas nas garantias e direitos da personalidade já acentuados.¹⁰⁴ Segundo o prof. Dotti, a apuração dos delitos penais em sede de procedimento judicial é [ou, deveria ser] feito à luz das garantias do contraditório e da ampla defesa, ao que também destaca-se, reitere-se, o princípio da publicidade das audiências, sessões e atos processuais.¹⁰⁵

Obviamente há algumas exceções a esse princípio. Casos em que a autoridade providenciará, a requerimento ou '*ex officio*', que o ato seja realizado a portas fechadas (CPP, art.172, parágrafo 1º), ou quando o sigilo seja essencial à resolução do caso (CPP, art. 20).

Serrano Neves¹⁰⁶ afirma que parte da nossa doutrina sustenta estar livre da licença legal os fatos relativos a demandas de iniciativa privada e outros, a seu turno, pensam da mesma forma quanto a certas demandas civis. De acordo com Neves, entre nós a reprodução ou noticiário que constituir calúnia, difamação ou injúria, se forem fiéis e não demonstrarem má fé excluirão o abuso, como dispõe o parágrafo único do art. 27 da Lei referida.

A publicidade dada à investigação criminal também foi tema abordado pelo já mencionado Congresso Internacional de Direito Penal ocorrido em 1971¹⁰⁷, colocando-se o receio quanto à divulgação de certos detalhes em momento inoportuno, prejudicando o andamento proveitoso das investigações. Contudo, não foi indiferente quanto à função essencial que a imprensa exerce no seio da sociedade, trazendo à tona

¹⁰⁴ DOTTI, R. A. op. cit. p.201. Por exemplo, não seria lícita a publicação de fotografia daquele condenado que já tivesse recebido pena e a estivesse cumprindo, por outro lado, seria lícita a divulgação da imagem daquele fugitivo ou procurado.

¹⁰⁵ Ibid. p.212

¹⁰⁶ NEVES, S. **Direito de ...** pp. 396/398. Serrano Neves coloca o exemplo da França, onde vigoram proibições de notícias, crônicas ou críticas pertinentes a determinados litígios civis e algumas demandas penais, impondo ainda obstáculos à divulgações que afetem a honra e a intimidade de alguns personagens.

¹⁰⁷ Quanto ao Congresso, cf. nota 99.

um questionamento diametral àquele: não seriam as informações dadas pela imprensa capazes de possibilitar revelações que conduzam à descoberta da verdade?

A questão que sobressai é mais de ética do que de direito penal, como coloca Serrano Neves¹⁰⁸. Semelhantemente, Dotti¹⁰⁹ afirma que “as restrições comumente levantadas contra esta forma de comunicação social e interferência na intimidade, residem na deturpação dos fatos e no sensacionalismo(...)”. Nesse sentido, tanto René Dotti quanto Serrano Neves concordam com a necessidade da implantação de um código de deontologia. E é essa uma das propostas do Parecer 27/X da Câmara Corporativa de Portugal, a propósito do Projeto 5/X para a Lei de Imprensa, citado pelo primeiro autor. Ambos acreditam ser necessário um ‘auto-controle’, o que somente se viabilizaria com a implantação de uma Ordem dos Jornalistas, que esteja direcionada, nas palavras de René Dotti, “sob o *imperium* de rigoroso Código de Ética Profissional”.

4.3-INTERESSE PÚBLICO NO JULGAMENTO DO FATO DELITUOSO

Seguindo o raciocínio sobressai-se o interesse público quanto ao ato judicial que finaliza o processo criminal, a sentença. O que não se resume num interesse contemplativo, já que a coletividade tem o direito de opinar e criticar a Justiça no exercício de sua função. É óbvia a ansiedade que alguns casos penais provocam em todo um grupo social, que após tomar conhecimento de determinado fato delituoso de grande reflexo social, acaba julgando-o baseado em normas que, não raro, em nada têm relação com as normas processuais, trata-se aqui, da opinião pública.

Para Figueiredo Dias, citado por Dotti (1980, p.212), o processo penal é assunto da comunidade jurídica, sendo por isso, compreensível a sua divulgação como forma a eliminar “quaisquer desconfiças que possam suscitar sobre a independência e imparcialidade com que é exercida a justiça penal e são tomadas as decisões”.¹¹⁰

¹⁰⁸ NEVES, S. *Direito de...* p. 398

¹⁰⁹ DOTTI, R. A. op. cit. pp.212/215

¹¹⁰ DIAS, J. de F. *Direito Processual Penal*. pp. 222/223.

A Lei de Imprensa de 1967 deixa livre à imprensa a crônica e divulgação de sentenças, como se depreende do art.27, inc. IV, reiteradamente citado. A crônica não é reprodução servil, mas deve ficar condicionada, indubitavelmente, ao interesse público, como leciona Darcy Arruda Miranda¹¹¹. Por outro lado, a divulgação dos despachos e sentenças não possuem condão de abarcar observação pessoal do cronista, mas somente a manifestação do juiz. Em uma ou outra situação o jornalista deve estar orientado pela fidelidade e pela boa fé, ainda de acordo com o supra citado jurista.

Darcy Arruda afirma que o interesse público deve condicionar tais publicações, não podendo-se admitir a permissibilidade do referido dispositivo legal quando presente o *animus injuriandi*. O que, para ele, pode aparecer quando da publicação não contemporânea, sem ligação direta com fato novo e muito tempo depois da realização do ato judicial.

A divulgação dos atos processuais criminais, por mais que imprescindíveis numa sociedade que se pretenda democrática, suscita problemas, como a possibilidade de, não só o acusado, como testemunhas e a própria vítima sofrerem os efeitos dessa publicidade no âmbito de suas vidas privadas, como observa René Dotti. O professor explica que pode ser essa uma das razões pelas quais, muitas vezes, os crimes contra os costumes não são perseguidos.¹¹²

Por outro lado, a publicidade também pode proporcionar à vítima a satisfação pessoal de ver respeitada a própria reputação e a sua esfera de vida privada, algo que, assim, não fica limitado à pessoa do hipotético autor do delito, estendendo-se, inclusive à outras pessoas envolvidas no processo, como as testemunhas, por exemplo. Como o supra mencionado autor coloca, em seqüência às ressalvas feitas, não se pode negar uma liberdade em vista a alguns prejuízos que causa, afirmando ser “ínsito na história das liberdades a prática de abusos, como a outra face da mesma moeda. Apesar disso não se deve sacrificar a existência daquelas pela ocorrência destes”. Concluindo que a liberdade deve ser garantida e punidos os excessos.

¹¹¹ MIRANDA, D. A. op. cit. p.507

¹¹² DOTTI, R. A. op. cit. p.214

Diante desse quadro, resta ainda observar o lado oposto ao interesse público na informação do fato delituoso, ou seja, aquele em que se situa o acusado, dando ensejo à garantias constitucionais que lhes sejam atribuídas.

5- AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO CIDADÃO

5.1- A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

A liberdade de informação deve ser contrabalançada com os direitos da personalidade para que não se caracterize uma licenciosidade capaz de desnaturar a própria função democrática que exerce. Mais flagrante é esse cuidado diante da divulgação pela mídia de fatos delituosos. São temas com grande capacidade de alastrarem-se por toda a sociedade e provocadores de grande polêmica. Em acordo pleno com as palavras de Serrano Neves, pode-se afirmar, sem receio, que o processo criminal é um laboratório, “em que se manipulam, ao mesmo tempo, antídotos milagrosos e venenos terríveis”.¹¹³

Como salienta Gustavo Fruet (1991, p.29), citando Juary Silva¹¹⁴, “a narração do crime pode provocar solidariedade pela vítima, repulsa pelo criminoso, a revelação do *modus operandi* do agente, o nome de todos os envolvidos” ou até tornar ‘célebre’ tal criminoso, pelo destaque que ganha na mídia, assim, por exemplo, Al Capone. Na maior parte dos casos, obviamente, vê-se o contrário, sendo a pressão da opinião pública capaz de “causar sérias distorções ao princípio da imparcialidade notadamente no que respeita ao contraditório e à sub-ministração de dados ao órgão julgador.”

Contrapõe-se a esse pré-julgamento em plena “praça pública”, a presunção de inocência, princípio que já figurava no art.9º da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, posteriormente reafirmado pelo art.11 da Declaração Universal proclamada em 1948. Mesmo tendo aderido a essa última Declaração, o Brasil somente viu efetivar-se o respeito a esse princípio em 1988, com a sua inserção no art.5º, inc. LVII do texto constitucional.¹¹⁵

Dessa forma, tornou-se o princípio da presunção da inocência basilar do processo penal brasileiro, mas a divulgação do fato criminoso pode provocar afronta

¹¹³ NEVES, S. *Direito de ...* p.409

¹¹⁴ SILVA, J. C. *A Macrocriminalidade*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980. pp. 95/97.

¹¹⁵ SANTOS, W. M. dos. *Os arts. 30 e 31 da Lei 7492/86 e o princípio da inocência: confronto com o art.312 do CPP*. CEJ, Brasília, v.3, n.7, pp.112/119, jan./abr. 1999

ao mesmo, sem qualquer possibilidade de controle. Atento à essa questão, René Dotti afirma que, para parte da doutrina, a situação configura verdadeira pena acessória de condenação, imposta geralmente no início das investigações, ofendendo, além disso, a garantia constitucional do inc. XLV, do art.5º, de que nenhuma pena passará da pessoa do condenado.

Ele próprio, no entanto, refuta tais observações, dizendo que não há ‘antecipação penal’, mas ‘reflexos’ do próprio delito, cujas conseqüências ecoam pelos meios de comunicação, afirmando ainda que também são os ‘efeitos’ do delito e do processo que acabam atingindo terceiros ligados ao acusado.¹¹⁶

Esse autor ressalta a importância de limites à liberdade de informação, trazendo às mãos dos profissionais da imprensa a necessidade da reflexão quanto às responsabilidades que devem assumir.

Responsabilidade é o que reclamou também Carlos Eduardo Machado, advogado de Paula Thomás em envolvimento no crime que culminou na morte de Daniela Perez. Clamando por um julgamento justo, escreveu:

(...)Parece claro que a liberdade de imprensa e o direito de informação, embora salutar e de vital importância na construção de uma sociedade democrática, não devem se sobrepor e esmagar o direito do acusado a um julgamento justo e imparcial. Esclareça-se, desde já, não se estar propondo qualquer tipo de censura ou fiscalização ao trabalho jornalístico a ser efetuado pelos diferentes órgãos de comunicação em processos criminais. Mas talvez seja oportuno alertá-los de suas responsabilidades. O que se pretende é garantir aos acusados, de maneira efetiva, os direitos que lhes são conferidos pela lei e pela Constituição Federal. A real imparcialidade dos jurados não depende apenas do comando equilibrado dos atos praticados em plenário, restando evidente os danosos efeitos do noticiário opressivo e tendencioso, que pode e deve ser evitado.¹¹⁷

Acredita-se nessas palavras estar resumido o problema, bem como acenada a solução. É imperioso que se proteja a liberdade de imprensa, mas que se garanta ao

¹¹⁶ DOTTI, R. A. op. cit. p.213

¹¹⁷ MACHADO, C. E. Um julgamento justo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 de maio de 1997 apud Guerra, S. C. S. op. cit. p.117.

cidadão os seus direitos, até porque, diante do chamado “quarto poder” muito pouco tem a fazer uma pessoa isolada em acusações para se defender diante de um público, que muitas vezes revela uma curiosidade mórbida.¹¹⁸

Cabe lembrar a possibilidade de o juiz criminal ter controle quanto cobertura televisiva ou fotográfica nas audiências, ao que se levanta Serrano Neves. Esse jurista sustenta que não basta a permissão do magistrado, sendo imprescindível, além disso, a anuência do acusado, sem o que a cobertura jornalística equipara-se à verdadeira violência, contrariando frontalmente o que dispõe o inc.III do art.5º da Carta Constitucional, baseado na Declaração Universal dos Direitos do Homem, art. V, que dispõe:

Art.V- Ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante(...).

Ao que completa o supra mencionado autor: “fotografar ou filmar um homem, no banco dos réus, expondo-o assim, antes de julgado, a esse castigo degradante, é sempre uma violência, ainda que consinta, arbitrariamente, o juiz da causa. Não se deve confundir arbítrio com arbitrariedade”.¹¹⁹

Em suma, a livre manifestação do pensamento e informação, também erigidos como princípios constitucionais, não excluem os direitos do cidadão a quem foi imputada uma acusação.

¹¹⁸ Nesse sentido há posicionamentos a favor da chamada Lei da Mordça, acreditando-se ser necessária a responsabilidade das autoridades quanto às divulgações capazes de destruírem a honra de acusados de forma injusta, antecipada e irreversível. Em artigo publicado na Internet, Marcos Antônio Cardoso de Souza atenta para o caso conhecido como dos “monstros” da Escola Base, trazendo à tona as discussões que levaram ao projeto de lei mencionado. Em abordagem diversa, Roberto Carvalho Velloso alerta: da forma como foi escrito o projeto, há uma proteção desnecessária à honra, intimidade e imagem de acusados, haja visto a existência de dispositivos que já o fazem, havendo, por outro lado, uma ofensa frontal ao direito de informar e ser informado, impedindo que se tenha acesso à informações essenciais à sociedade, protegendo-se indivíduos que deveriam, na verdade, serem desmascarados. SOUZA, M. A. C. de, Os “monstros” da Escola Base; VELLOSO, R. C., Considerações sobre a “Lei da Mordça”, disponíveis em <<http://www/jus.com.br>> acesso em 20 de jul. de 2001.

¹¹⁹ NEVES, S. Direito de... p.406

5.2- OS DIREITOS DE RETIFICAÇÃO E ESCLARECIMENTO

Dispõe o art. 26 da lei de Imprensa:

Art. 26- A retratação ou retificação espontânea, expressa e cabal, feita antes de iniciado o procedimento judicial, excluirá a ação penal contra o responsável pelos crimes previstos nos arts.20 a 22.

Afirmando ainda, no parágrafo 2º , que a retratação deve ser divulgada no mesmo meio de informação em que a notícia injuriadora, difamadora ou caluniosa foi veiculada.

Essa retratação deve ser espontânea para que exclua a ação penal, extinguindo a punibilidade¹²⁰, mas se realizada em juízo, nos termos exigidos pelo parágrafo 1º do referido artigo, também de forma inequívoca e cabal, após homologação do juiz, permite o trancamento do processo, equivalendo-se a um perdão judicial.¹²¹

A retratação trata-se de garantia à liberdade de manifestação de pensamento estatuída pela Constituição, em consonância com o direito do cidadão de ver sua honra e imagem inabaladas por uma divulgação falsa. Abra-se um parêntese: o prejuízo quase sempre subsiste, de certa forma, pois que a marca da agressão permanece em algum grau, mas se torna amenizada pelo ato de retratação do ofensor, que a seu lado também, relativamente ao erro crasso que cometeu, sente o abalo na sua reputação.

Havendo equivocidade quanto ao que se inferir de menções veiculadas pela imprensa, outro recurso deverá ser adotado, somente se for evocado pelo ofendido. É o chamado pedido de explicações. Diferentemente da retratação, em que o autor reconhece a ofensa e por isso se retrata, as explicações são dadas pelo pretense ofensor para que se clareie a divulgação quanto à sua intenção. É instrumento a ser ou não

¹²⁰ HUNGRIA, N. op. cit. p.274.

¹²¹ Ilustra bem o tema a decisão encartada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, no *Habeas Corpus* 35.324, de Mococa (RT, 339:230), transcrita por Freitas Nobre, em que se escreve que o esclarecimento dado pelo autor paciente, exime-o de qualquer infração à Lei de Imprensa, concluindo, ao final:

“Expôs e defendeu suas idéias, o que não é proibido na Lei, assegurada como é, pela Constituição Federal, a liberdade de pensamento. Inexiste, pois, fundamento para que ele responda por um processo-crime em razão de delitos que nem em tese ficaram configurados”. cf. Nobre, F. op. cit., p.124.

utilizado pelo interessado, sendo apreciado somente quando intentada a ação principal.¹²²

Diante de referências, alusões ou frases das quais se infiram calúnia, difamação ou injúria, pode aquele que se julgar ofendido, requerer explicações do responsável pela publicação, é o que dispõe o art. 25 da Lei 5250 de 1967, *verbis*:

Art.25-“Se de referências, alusões ou frases se infere calúnia, difamação ou injúria, quem se julgar ofendido poderá notificar judicialmente o responsável, para que no prazo de 48 horas, as explique”.

Assim, no prazo de 48 horas, após notificação, o responsável deve esclarecer o que subentendiam tais menções, que a princípio sugeriam calúnia, difamação ou injúria, o que não será necessário se os fatos forem divulgados de forma clara e precisa. Se não o fizer arcará com as consequências, nos termos do parágrafo 1º :

Parágrafo 1º – Se neste prazo o notificado não dá explicações, ou, a critério do juiz, essas não são satisfatórias, responde pela ofensa.

Destaque-se ainda que só se faz cabível o pedido de explicações quando houver equivocidade, ambigüidade, que necessite ser esclarecida para que se evite dúvidas quanto à intenção do seu autor. Darcy Arruda¹²³ aconselha ao respectivo autor do escrito ou transmissão equívoca que desfaça a confusão no prazo legal, se quiser forrar-se de idoneidade, “sob pena de responder pela ofensa até então duvidosa”.

Existindo equivocidade quanto às supostas ofensas faz-se necessário o esclarecimento, até porque, caso o querelante não faça o pedido de explicações, poderá o réu ser absolvido diante da não constatação do *animus* que caracterize o dolo de difamar, caluniar ou injuriar. O notificado não está obrigado a dar explicações através do meio de comunicação em que se divulgou a notícia ambígua, mas de acordo com o parágrafo 2º do art.25, poderá o notificante solicitar ao juiz que determine que a publicação seja feita nos termos do art.29 e seguintes, configurando, de acordo com

¹²² MIRANDA, D. A. op. cit. p. 455

¹²³ Id.

Freitas Nobre¹²⁴, um exercício indireto do Direito de Resposta, a que se aludirá em sequência.

Tal procedimento é essencial à proteção dos direitos da personalidade do cidadão ofendido, garantidos constitucionalmente pelos diversos dispositivos já conclamados neste estudo. Mas, a preocupação da imprensa responsável também se faz evidente quando, por iniciativa própria, vem dirimir os erros que comete, nesse sentido João Feder¹²⁵, citado por Sidney Guerra (1999, p.105), lembra que em 1981, dois dos mais importantes jornais do mundo, o *Washington Post* e o *The New York Times*, chegaram a pedir desculpas a seus leitores, em primeira página, por haverem publicado fatos inverídicos.

5.3- O DIREITO DE SER OUVIDO PELO MEIO DE COMUNICAÇÃO

Conexo à liberdade de imprensa está o direito de resposta, sendo considerado intolerável que não existisse esse, até pela própria defesa daquele. Fernand Terrou e Lucien Solal¹²⁶, citados por Freitas Nobre (1989, p.137), destacam a importância desta instituição, surgida como “meio mais adequado de lutar contra o abuso mais gritante, o mais perigoso da liberdade de expressão: a difusão de notícias falsas.”

A Constituição de 1988 assegura, no art.5º, inc. V, um direito de resposta proporcional ao agravo. Segundo Celso Bastos, é através desse direito que qualquer um pode defender-se de qualquer imputação que lhe seja feita, ofensiva ou prejudicial, e acrescenta: “poderá igualmente insurgir-se contra qualquer notícia que o envolva, com inverdade ou incorreção, dos danos material, moral ou à imagem. Obviamente não isenta o responsável pelas consequências penais do seu comportamento.”¹²⁷

Para Darcy Arruda esse é um direito que configura verdadeiro estado de legítima defesa, sendo que o ofendido age imediatamente ao agravo, para restabelecer a verdade, antes que a ofensa cause maiores males.¹²⁸ Ressalte-se aqui que a acusação

¹²⁴ NOBRE, F. op. cit. p.121

¹²⁵ FÉDER, J. *Crimes da comunicação social* São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987 p. 13.

¹²⁶ TERROU, F. e SOLAL, L. *Le droit de l'information*. UNESCO, 1951, Paris.

¹²⁷ BASTOS, C. R. op. cit. pp. 45/46

¹²⁸ MIRANDA, D. A. op. cit. p.559

ou ofensa há que ser inverídica ou errônea. Não é, portanto, uma pena, mas retribuição, a ser dada na mesma medida em que for provocada pela publicação injusta. Destaca, nesse sentido, Freitas Nobre, a importância da atualidade e proporcionalidade da defesa.¹²⁹

Como qualquer direito também o direito de resposta também traz ínsitas limitações que visam impedir sua utilização inadequada. Assim por exemplo, quando houver ofensa abusiva por parte daquele que foi anteriormente ofendido, pode o veículo recusar-se a publicar a resposta, logicamente de forma justificada, sob pena de arcar com as sanções cabíveis, como salienta Celso Bastos.¹³⁰

Com a evolução técnica dos meios de comunicação esse direito caracteriza-se instrumento mais eficaz à defesa dos atributos morais que o próprio processo-crime contra o autor, editor, ou responsáveis pelos abusos de informação, apesar de ser considerado, por parte da doutrina, um tanto ineficaz.

O Direito de Resposta vem disposto na Lei de Imprensa no art. 29, que trata desse direito, dispondo:

Art.29- Toda pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade pública, que for acusado ou ofendido em publicação feita em jornal o periódico, ou em transmissão de radiodifusão, ou a cujo respeito os meios de informação e divulgação veicularem fato inverídico ou errôneo, tem direito a resposta ou retificação.

É limitação fundamentada no princípio de que toda lesão de um bem jurídico merece reparação. Quanto a isso refere-se Pincherli¹³¹, em citação de Frola(1912?, p.379) lembrada por Darcy Arruda Miranda (1995, p.564): “não é só de interesse individual, mas também geral, o impedir o transviamento da opinião pública, mediante a exposição de fatos falsos ou erroneamente interpretados e porquê aquele que se vê injustamente, e de um modo vil, atacado e maltratado num jornal, não ficará sempre colocado na dura alternativa de tragar a ofensa, ou invocar o braço da justiça, satisfeito suficientemente com uma retificação digna e franca.

¹²⁹ NOBRE, F. op. cit. p.146

¹³⁰ BASTOS, C. R. op. cit. pp.45/46

¹³¹ Apud FROLA, J. P. *Das Injúrias e Difamações*, trad. de Souza Costa. Lisboa, 1912-1913. v.I, p.379.

6- INTERESSE PÚBLICO E INTERESSE PRIVADO

A função social exercida pela imprensa está diretamente ligada ao direito coletivo à informação, à liberdade de pensamento, à instrução. Como afirma Luiz Amaral, os veículos de comunicação são instituições sociais, emanadas da sociedade, sobreviventes graças à sociedade e cuja destinação é a sociedade¹³². Ballester¹³³, citado por Serrano Neves (1977, p.193), resume: “o caráter público da missão da imprensa é noção que resulta da própria razão finalística da imprensa”.

O interesse público fundamenta necessariamente a atividade da imprensa, ou ao menos, é dever da mesma deixar-se orientar por aquele. E sempre que esse interesse entra em cena o direito que o instrui pode passar a frente de outro. Assim, um direito exercido em manifestação de um interesse privado acaba prejudicado em detrimento de outro sobre o qual se eleva o interesse comum.

Como coloca Pedro Frederico Caldas, o conceito de interesse público mostra-se relativo e mutante, somente podendo ser trazido à mente através de exemplos configurativos, mas adverte que não há condições de se estabelecer uma lista exaustiva de hipóteses.¹³⁴

A Lei de Imprensa institui em nove incisos no art.27 exceções descaracterizando o abuso da liberdade de imprensa, abrindo espaço digno à sua atuação. São indicações necessárias para que não subsista dúvida quanto ao direito de transmitir informações a respeito de assuntos de interesse coletivo, no entanto, não se resumem à tais indicações as hipóteses em que se exclui do abuso a atuação dos meios de comunicação.

Quanto a tais circunstâncias a doutrina mais autorizada destaca o interesse na cultura e na ciência. Quanto à cultura justifica-se o interesse pelos mais altos motivos, como trata o prof. Dotti, afirmando que corresponde a cultura ao “conjunto de viver e pensar, cultivados, civilizados, que se costumam também indicar pelo nome de

¹³² AMARAL, L. op. cit. p.25

¹³³ Apud NEVES, S. **Direito de...** p.193

¹³⁴ CALDAS, P. F. op. cit. p.101

Civilização”.¹³⁵ No que tange ao interesse científico, extremamente atrelado ao desenvolvimento da humanidade, não é menor a importância que revela. Por outro lado, não se autoriza o exame de particularidades de uma pessoa que não guarde relação com tais interesses, tratando-se aí de uma atividade abusiva.

Também aqui insere-se o interesse da crítica, emanado diretamente da liberdade de pensamento, e desdobramento natural do direito à informação¹³⁶. Na Lei 5250, o inc.I do art. 27, ao tratar do direito de crítica, orienta-se na proteção da cultura e da ciência, referindo-se expressamente à crítica literária, artística, científica e desportiva.

O interesse da História sobrepõe-se diante de diversas situações, envolvido que é, na própria construção da sociedade. Na abrangência da Lei de Imprensa, o mesmo inciso que trata da crítica literária guarda, como gênero dessa, a crítica a fatos históricos. Para Darcy Arruda, é justo que nesse segmento crítica ganhe maior elastério e desembaraço, sempre fundada na verdade histórica. Mas, ressalva esse autor, tudo se pode buscar para a construção histórica, menos a denegrição a pretexto da mesma, contra o que é defeso ao historiador recorrer-se da *exceptio veritatis* na nossa legislação.¹³⁷

Correlato à esse, o interesse sobre figuras públicas, célebres ou notórias, pessoas que por características especialíssimas da personalidade, do comportamento ou da profissão ganham destaque no cenário público, despertando uma curiosidade mais veemente na grande massa, que tem direito à informação e ao entretenimento.¹³⁸ Tal curiosidade, tanto quando for gerada deliberadamente pela personalidade focalizada ou, surgida mesmo sem qualquer esforço seu, merece restrições, sem as quais pode fazer surtir efeitos repugnáveis na vida do indivíduo, como o que se pôde assistir no episódio da morte da princesa Diana.¹³⁹

¹³⁵ DOTTI, R. A. op. cit. p. 217

¹³⁶ Ibid. p.216

¹³⁷ MIRANDA, D.A. op. cit. pp. 485/488

¹³⁸ DOTTI, R. A. op. cit. p.207

¹³⁹ Inácio Ramonet aborda o caso da Princesa Diana e os *paparazzi*, ao que chamou de ‘messianismo midiático’, produzido por uma imprensa ‘*people*’, op. cit. pp.7 a 13.

A Lei 5250, configura, no inc.II, a missão informativa da imprensa de divulgar relatórios, pareceres, decisões ou atos emanados das Casas Legislativas, estabelecida a exceção quanto às matérias sigilosas ou reservadas, o que segundo, Freitas Nobre¹⁴⁰, deve ser interpretado não apenas quanto ao órgão de onde se origina a notícia, mas também pelo interesse público manifesto. Ainda mais longe permite ir o inc. III, pois permite noticiar ou comentar, resumida ou amplamente, projetos, atos, debates ou críticas ao Poder Legislativo. No mesmo sentido é permitida a divulgação que envolva o Poder Executivo, excepcionadas as matérias de caráter reservado ou sigiloso, como se infere do inc. VI.

Referente a esses dispositivos é oportuna a lição de Giuseppe Semmola¹⁴¹, trazido reiteradamente por Darcy Arruda (1995, pp.516/518), afirmando que “nenhum povo pode ser verdadeiramente livre, onde não seja livre o exercício da censura pública, onde não seja consentido a cada cidadão pôr em relevo a desonestidade e as ações torpes e apontar os seus autores à desestima do país.”

Também o aparelho Judiciário pode gerar noticiário para a imprensa, como dispõe os incisos IV e V do artigo 27 de Imprensa. Destacando-se aí o interesse público na investigação criminal, também na crônica policial ou forense, bem como no próprio exercício do direito de ação.¹⁴²

De acordo com o inc. VII da Lei, resguarda-se as críticas às leis e à demonstração de sua inconveniência ou inoportunidade, afirmando Freitas Nobre¹⁴³ que “se a lei não autorizasse expressamente o exercício desse direito de opinar, fora melhor fechar os jornais e emissoras”.

Por derradeiro, o inc. IX, refere-se à exposição de doutrina ou idéia, ao que explica Darcy Arruda: “a defesa que se faça de um princípio doutrinário ou ideológico, desde que não encerre um precocínio vedado pela lei, um incitamento, ou uma

¹⁴⁰ NOBRE, F. op. cit. p.128

¹⁴¹ SEMMOLA, G. *La Censura Pubblica nel Liberi Ordinamenti e la Repressione delle Ingiurie*. 1889. pp. 27 e ss.

¹⁴² Assuntos esses muito bem abordados por René Dotti no confronto desses com o interesse do resguardo da privacidade. Op. cit. pp. 200 e 201, 212 a 220. Cf. capítulo anterior, no qual se abordou amplamente tal questão.

¹⁴³ NOBRE, F. op. cit. p. 129

propaganda contrária ao interesse público, não incursiona a área penal. O mesmo ocorre quando se faz juízo crítico a respeito de uma doutrina ou idéia.”¹⁴⁴

Muitas outras situações podem ser trazidas em relevo, mas é, reitere-se, tarefa que a doutrina procura delinear, consciente da inesgotabilidade que comporta.

Os magistrados são incessantemente chamados a fixar o que seja de interesse público, porque, como afirma René Dotti¹⁴⁵, “...torna-se, não raro, extremamente difícil precisar a fronteira oscilante entre o interesse público à informação e o domínio particular, máxime quando as violações realizadas através da imprensa se referem à pessoas cuja posição permite servirem-se daquela para alcançarem os seus objetivos.” Completando o raciocínio acrescenta que “a melhor doutrina tem considerado que em tais situações, como em outras, a solução apropriada consiste em deixar à jurisprudência o encargo de fixar limites à liberdade de imprensa, na qualidade de fonte do direito.”

A questão que volta à tona é novamente a necessidade de se impor limites justos ao exercício da liberdade de informação, para que a mesma se mantenha como liberdade e não passe à qualidade de licença. Para Pedro Frederico Caldas tais limites estão fundados em dois planos: um interno, que corresponde às responsabilidades sociais e ao compromisso com a verdade, outro externo, que se relaciona ao conflito com direitos de igual hierarquia constitucional, aos quais se direciona o interesse privado.¹⁴⁶

Há, uma relação intrínseca entre os dois planos separados por este autor, uma vez que os compromissos sociais assumidos tratam-se de interesses públicos que verdadeiramente fundamentem a atividade jornalística e, nesse sentido, o critério da verdade é absoluto. E não são de interesse público aqueles assuntos que apenas agredem, sem qualquer ganho à coletividade, interesses particulares, baseados em direitos da personalidade garantidos pela Constituição.

Quando tais direitos são agredidos a pretexto de se honrar um interesse público é necessário averiguar-se se este último está realmente presente, ou se na

¹⁴⁴ MIRANDA, D. A. op. cit. p.545

¹⁴⁵ DOTTI, R. A. op. cit. p.134

¹⁴⁶ CALDAS, P. F. op. cit. p.105

verdade outros interesses, um tanto escusos, é que provocaram publicações agressoras dos direitos em causa. Da descoberta efetiva das razões que permitem uma dada divulgação emerge a questão sobre os conflitos entre os direitos da personalidade e a liberdade de informação. Alcançar um equilíbrio para a proteção de interesses legítimos é tarefa que “nunca chega a terminar definitivamente, mas que, ao contrário, está sempre em elaboração”, como afirma o filósofo Recansés Siches¹⁴⁷, citado por René Dotti(1980, p.189).

De acordo com Dotti, como já afirmado, encontrar o espaço onde situa-se o interesse privado livre do público é incumbência quase sempre atribuída aos juízes, pois não foi possível encontrar ainda, fórmulas legislativas que a um só tempo contemplem todas as situações de conflito, propondo soluções adequadas. Mas ressalva, deve seguir-se o preceito da interpretação das leis dirigida às exigências do bem comum, possibilitando garantia à liberdade não só às partes como ao juiz, que não poderá ficar enclausurado no quadro legal, “como se enxergasse através de um periscópio”, possibilitando assim, que os “pronunciamentos da Justiça alcancem uma grande variedade de casos concretos.”¹⁴⁸

Em posição diversa, mas não contrária, está a opinião de Pedro Frederico Caldas, que acredita ser mais difícil do que aparenta a solução de tais conflitos por uma simples arbitragem do aplicador da lei. Para ele, seria antes necessário uma melhor compreensão dos princípios solucionadores do fenômeno da colisão de direitos, tratando ao final, da superação desses conflitos. Incursiona assim, em estudo de direito constitucional, com o que acredita poder fixar parâmetros seguros para dissolução de contendas judiciais que envolvam os direitos da personalidade e a liberdade de informar. Conclui pela existência de um conflito real entre os direitos envolvidos ao qual a solução está direcionada à eleição, pelo intérprete de processos hermenêuticos adequados à situações específicas, sendo necessário um equilíbrio que está disposto justamente nas limitações impostas a tais direitos.¹⁴⁹ Novamente ressalta-

¹⁴⁷ SICHES, R. L. *Introducción al estudio del Derecho*. México, 1972. p.117.

¹⁴⁸ DOTTI, R. A. op. cit. p.193

¹⁴⁹ CALDAS, P.F. op. cit. pp.67 a 112

se o trabalho do intérprete da lei e a necessária imposição de limites adequados aos direitos que se confrontam.

Não se pode minimizar, portanto, a atuação constante da jurisprudência na solução de conflitos desse gênero, assim por exemplo, decisão da Justiça Francesa, relatada pelo prof. Dotti, em que a viúva de um importante médico e deputado grego assassinado em Salônica — Gregório Lambrakis, demandou contra sociedade que traduziu em França livro proibido na Grécia desde 1967, o qual retratava toda a vida deste político, servindo posteriormente de base para uma película. A decisão, emanada em 30 de junho de 1960, entendeu que o filme retratava um episódio da vida política grega, fazendo da personagem um dos heróis. Considerou que certos aspectos íntimos, como relações extraconjugais, revelaram-se insignificantes no conjunto da obra. O tribunal teria elegido a História em detrimento da vida privada.¹⁵⁰

Ocorrido no Brasil, salientado pelo professor supracitado, foi o julgamento da ação de indenização proposta por ‘Jairzinho’ contra a Rádio Globo e outras, em virtude de anúncio publicado na imprensa que, a pretexto de promoverem realização de partida de futebol entre as seleções nacionais do Brasil e de Portugal durante a Taça Independência, usou da imagem do atleta para a promoção comercial de uma das empresas demandadas. A decisão de primeiro grau, lavrada pelo juiz João Carlos Pestana de Aguiar Silva, concluiu pela improcedência diante da falta de provas quanto à exploração comercial alegada ou que demonstrassem o prejuízo do autor com o anúncio. O que foi ressaltado pelo Tribunal que confirmou a decisão, afirmando ainda que a difusão da imagem contribuía para o próprio prestígio do demandante.¹⁵¹

Em ambos os casos a Justiça escolheu o interesse público em detrimento de interesses privados. Mas diante do perigo tecnológico e da capitalização da informação essa é uma escolha que exige cada vez mais cautela. Nesse sentido adverte Guerra (1999, p.103), citando Jean Rivero¹⁵², quem afirma que os problemas da liberdade de

¹⁵⁰ Mencionado por URABAYEN, M. *Vida privada e Información : un conflicto permanente*. Pamplona, 1977. pp. 273 e ss.

¹⁵¹ DOTTI, R. A. op. cit. p.209.

¹⁵² Apud FERREIRA, A. *Direito à informação, direito à comunicação*. São Paulo: Celso Bastos editor. 1997. p.131. Quanto ao mesmo assunto Gustavo Fruct dedica todo o primeiro capítulo do seu trabalho monográfico aqui já aludido.

imprensa estão englobados em duas vertentes: “a dependência do poder político e a vinculação ao poder econômico, da qual resulta o movimento de concentração de empresas e a sujeição ao patrocínio publicitário, em prejuízo da liberdade de expressão e da independência necessária.” E conclui: “as empresas passaram a publicar apenas o que interessava a si e a seus acionistas ou anunciantes, e a ignorar ou julgar irrelevantes o que não correspondesse a tais interesses, além de omitir, distorcer ou mesmo fabricar fatos, para beneficiar-se ou manter suas posições e privilégios, em conluio com os detentores do poder político”.

Não se pode generalizar a atividade de todas as empresas jornalísticas, considerando execrável o trabalho por todas exercidos, até porque, como o próprio Sidney Guerra admite, em consonância com Juarez Bahia¹⁵³, as pessoas, estando cada vez mais preocupadas com uma informação veraz e honesta, ‘obrigam’ à mesma preocupação os meios de comunicação.

No Brasil, prova disso é o que dispõe o código de conduta aprovado pela Associação Nacional de Jornais (ANJ); em vigor desde 1991, falando, no item 3, ser dever dos seus afiliados: “apurar e publicar a verdade dos fatos de interesse público, não admitindo que sobre eles prevaleçam quaisquer interesses.”¹⁵⁴

Trata-se de preceito a ser cumprido pelos profissionais da comunicação, mas não se pode enganar, é um preceito, um dever, não uma realidade indiscutível. O jornalista (aqui entendido em sentido amplo), como qualquer profissional, é humano, e padece de todas as misérias humanas, não obstante também ser capaz de portar as maiores virtudes.

Por todas as misérias do jornalismo é que Serrano Neves tanto adverte para um necessário equilíbrio do egoísmo, afirmando e reafirmando: “nem imprensa intocável e nem restrição odiosa”. Acreditando ser ideal, como dito anteriormente, a autocensura através de uma Ordem dos Jornalistas.¹⁵⁵

Tantos autores quanto foi possível abarcar mencionaram ser essencial um código de ética que vigore de forma eficaz, isto é, produzindo o controle necessário

¹⁵³ BAHIA, J. *Jornal, história e técnica*. 4ª ed. São Paulo: Ática. 1990.

¹⁵⁴ GUERRA, S. C. S. op. cit. p. 105

¹⁵⁵ NEVES, S. *Direito de* pp.24/25.

para um jornalismo responsável, o que segundo a grande maioria não é alcançada com o Código instituído em 1987.¹⁵⁶

Certo é que no embate entre interesses públicos e privados, aqueles vêm, quase sempre, prevalecer, restando essencial um acréscimo de atenção para compensar o prejuízo em que esses últimos acabam por suportar. Não menos público é o interesse em garantir a perenidade de direitos da personalidade vitais ao desenvolvimento de cada um, entes que compõe o todo, a coletividade. Liberdade de informação sim, respeito, responsabilidade e equilíbrio concomitantes.¹⁵⁷

¹⁵⁶ Gustavo Fruet cita Armando Rollemberg, então presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, afirmando que, muitas vezes, quem fere a ética é o veículo e não o profissional. Segundo ele, o código vigente é inepto, porque não alcança o patronato. Mais a frente Fruet conclui que o código de ética de 1987 pune, mas raramente, o que “reflete a desmobilização da categoria”, citando Robson Moreira. ROLLEMBERG, A. *Isto é Senhor*, p. 41. 08 de nov. de 1989. MOREIRA, R. *Revista Imprensa*, p. 27. março de 1989. apud FRUET, G. B. op. cit. pp.162 e 169/171.

¹⁵⁷ Louis Hodges fala da responsabilidade da imprensa procurando delimitar o que venha ser responsabilidade, afirmando: “as raízes da responsabilidade estão no fato de que somos, ao mesmo tempo, seres individuais e sociais cujas decisões e ações inevitavelmente afetarão os demais”. in: ELLIOTT, D. *Jornalismo versus Privacidade*. trad. de Celso Vargas. Rio de Janeiro: Nórdica, 1986. HODGES, L. W. *Definindo a responsabilidade da imprensa: uma abordagem funcional*. pp.15 a 47

CONCLUSÃO

A liberdade não pode ser submetida à frações, existe por inteiro: liberdade de locomoção, liberdade de pensar, liberdade de falar, liberdade enfim. Quando se fala de liberdade fala-se de todas as liberdades que se pretenda usufruir, porque só é livre quem pode desenvolver sua vida nesse amplo espaço de ação, sem receios.

Diante dessa concepção, entende-se livre aquele que é desprendido de quaisquer laços que impeçam seu agir. E isso pode se dar sob restrições, sim, desde que sejam provenientes de um sistema legal legítimo. Do contrário, já não há liberdade e o conhecimento dessa realidade é o primeiro passo para que se alcance o ‘status libertatis’ efetivo e propulsor. A liberdade é, afinal, uma conquista a ser feita arduamente.

Seria um retrocesso de prejuízos incomensuráveis restringir-se a liberdade de informação, traduzida em sua maior abrangência pela liberdade de imprensa, a ponto de torná-la nada mais que um discurso. Liberdade essa que fora tão recentemente estabelecida, resultado de lutas e mortes, nesse país de História também recente. Por isso deve ser mantida e reforçada, objetivando, principalmente, garantir à coletividade o conhecimento necessário para participar na decisão do seu próprio destino. Não pode ser suprimida ou reprimida, salvo arbitrariamente e através de autoritarismos inadmissíveis nesse Estado, que se proclama Democrático e de Direito.

Mas, como toda liberdade, definida como parte de uma Liberdade geral de agir, requer limitações quanto ao seu exercício, que se situam nas fronteiras de outras liberdades de igual valor. Sem tais limites, ou em outras palavras, condicionamentos, não seria uma liberdade, mas perigo e afronta à sociedade na qual quer se desenvolver.

Enquanto a imprensa atua em nome e no interesse público está agindo legitimamente, cumprindo a sua destinação, mas quando somente outros interesses a movem afrontando direitos de particulares, então deve ser reprimida, através de meios legitimamente estabelecidos.

Entra em cena a Lei de Imprensa, que aguarda substituto legal mais adequado a tempos democráticos. Um texto legislativo que abarque a proteção à liberdade de

imprensa e de informação, coibindo os abusos que denigrem o seu conteúdo, delimitando-a em prol da coletividade a que servirá. A essa incumbência mais ainda se faz relevante o papel exercido pela letra da Constituição, letra viva que deve ser efetivada pelos magistrados.

A esse passo a atuação jurisprudencial também se mostra essencial para a composição dos litígios que envolvem tantos direitos de igual envergadura, descobrindo, nos casos concretos que lhes sejam apresentados, quais interesses vigoram por traz da atuação do veículo informativo, fazendo sobrepujar aqueles que forem simbióticos à sociedade.

Mas antes que cheguem ao Judiciário tantos casos quantos surgirem, atolando-o e atrasando sempre mais a solução dos mesmos, cresce a importância da autocensura por parte da própria imprensa, que carece de um Código de Ética eficaz, apoiado por uma ordem profissional respectiva.

Os profissionais da imprensa exigem e almejam, liberdade ampla para expressarem à sociedade o que se passa nela mesma. Dividem-se entre os que acreditam ser de grande importância a censura legal e os que acreditam não ser cabível essa atuação externa específica. Mas àqueles que trabalham seriamente não há discenso: a responsabilidade é uma exigência. Nesse contexto, a verdade é indisponível, constituindo a própria da essência dessa profissão.

A razão e a criatividade devem ser evocadas para o vislumbrar de uma solução responsável, principalmente no âmbito legislativo. O que não se pode é adiar ainda mais essa tarefa, porque o que virá depende de como e quando as atitudes serão tomadas.

Para além disso, resta apenas vontade de construir a história. Ou, quem sabe, apenas coragem para lutar contra a própria inércia, descruzando os braços diante de um futuro, que não se sabe se está sob o jugo de um destino inevitável, ou se aguarda o passar incessante do presente, quando acontece o potencial criador dos homens.

BIBLIOGRAFIA:

AMARAL, L. **Técnica de Jornal e Periódico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca tempo Universitário, 1978.

AMARAL, R. Controle das eleições e informação: o papel dos meios de comunicação de massa. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, v.37, n.146, p.15-24, abr./jun. 2000.

BAHIA, J. **Jornal, história e técnica**. 4^a ed. São Paulo: Ática. 1990

BASTOS, C. R.; MARTINS, I. G. **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1989. v. 2.

CALDAS, P. F. **Vida Privada, Liberdade de Imprensa e Dano Moral**. São Paulo: Saraiva, 1997.

CHAIUB, J. F. B. W. **Reflexões sobre a “Lei da Mordaza” e as pseudolimitações da liberdade de imprensa no Brasil**, disponível em: < <http://www.jus.com.br> > Acesso em: 20 jul. de 2001.

DOTTI, R. A. **Proteção da vida Privada e Liberdade de Informação: possibilidades e limites**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1980.

ERBOLATO, M. L. **Técnicas de Codificação em Jornalismo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

FRUET, G. B. **Lei de Imprensa. O Limite entre a Norma Penal e a Liberdade de Informação**. Curitiba, 1991. 189 f. Monografia (Curso de Especialização em Ciências Penais)- Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

GUERRA, S. C. S. **A Liberdade de Imprensa e o Direito à Imagem**. Rio de Janeiro: Renovar (Biblioteca de Teses), 1999.

HODGES, L. W. **Definindo a Responsabilidade da Imprensa: uma abordagem funcional**. In: ELLIOTT, D. **Jornalismo versus Privacidade**. Tradução de: Celso Vargas. Rio de Janeiro: Nórdica, 1986. p. 15-34.

MILITÃO, W. Os Arts. 30 e 31 da Lei n. 7.492/86 e o Princípio da Inocência: confronto com o art. 312 do CPP. **Cej**, Brasília, v. 1, n. 7, p.112-119, abr. 1999.

MIRANDA, D. A. **Comentários à Lei de Imprensa: Lei 5.250 de 1967**. 3. ed. ver. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995.

NEVES, S. **Direito de Imprensa**. São Paulo: José Bushatsky editor, 1977.

———. **A Tutela Penal da Solidão**. Rio de Janeiro: Edições Trabalhista S.A., 1981.

NOBRE, F. **Comentários à Lei de Imprensa**: Lei n. 5.250 de 9 de fevereiro de 1967. 4. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1989.

RAMONET, I. **A Tirania da Comunicação**. Tradução de: Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOBRE a Liberdade de Imprensa. **Estado On line**, São Paulo, 26 nov. 2000. Disponível em: <<http://www.estado.estadão.com.br/serviços>> Acesso em: 21 jul. 2001.

SENDEREY, I. D. **Imprensa e Criminalidade**. Tradução de : Ester Kosovski. São Paulo: José Bushatsky editor, 1983.

SILVA, J. A. da **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 1992.

SIMPÓSIO NACIONAL DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL: A Reforma do Sistema Criminal, 19., 2001, Curitiba

SOUZA, M. A. C. de, **Os “monstros” da Escola Base**. Disponível em: <<http://www.jus.com.br>>. Acesso em: 20 de jul. 2001.

VELLOSO, R. C., **Considerações sobre a “Lei da Mordança”**. Disponível em: <<http://www.jus.com.br>>. Acesso em: 20 de jul. 2001.